

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IHD  
Departamento de Serviço Social – SER

**Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá**

# **Justiça Restaurativa: uma via para a humanização da justiça**

Brasília, dezembro de 2006.

**Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá**

# Justiça Restaurativa: uma via para a humanização da justiça

Trabalho de Conclusão do Curso de  
graduação em Serviço Social sob  
orientação da professora doutora  
Potyara Amazoneida Pereira Pereira  
para obtenção do grau de assistente  
social.

Brasília, dezembro de 2006.

## **Agradecimentos**

À pequena Luísa, pelo alicerce incondicional, bem como agradeço a Natália e Aidê, peças fundamentais na estrutura emocional e espiritual que me ajudaram a erguer.

Aos amigos que me acompanham durante a construção deste trabalho e, principalmente, para além dele. Agradeço em especial ao Eduardo, parceiro por até depois da vida. Agradeço, sobretudo, a Emanuel, que esteve presente em todo o tempo sem vacilar um momento sequer.

Aos professores e demais referências, pela imprescindível contribuição nos passos dessa caminhada sem fim. Dentre tantos, destaco professor Pablo, Luo, professora Potyara, pela disposição em se deixar cativar pela justiça restaurativa e gentilmente ter aceitado orientar a construção deste trabalho, professor Maran, pelas aulas sobre vida, na academia e fora dela.

A todos os que têm buscado lidar com a justiça restaurativa, operando-a, repensando-a e aprimorando-a.

Um agradecimento especial à Lianne e à professora Dôra, pela disposição de participarem da banca examinadora - mais uma etapa em que contribuirão fundamentalmente para meu desenvolvimento.

## **Dedicatória**

*À construção societária de uma nova justiça.*

*Dedicado ao Cordeiro e seu amor restaurador.*

## **Sumário**

<b>Resumo .....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>7</b>
<b>Capítulo I - Justiça Restaurativa: Como funciona e qual a sua história. ....</b>	<b>10</b>
1.1 - O processo histórico de consolidação da justiça restaurativa .....	12
1.2 - Repercussões positivas da justiça restaurativa: sua chegada ao Brasil .....	15
<b>Capítulo II - Da justiça tradicional à justiça restaurativa: uma mudança de paradigma .....</b>	<b>22</b>
2.1 – O dialogo como fator de mudança de paradigma .....	25
<b>Capítulo III - Justiça Restaurativa: uma via para a humanização da justiça .....</b>	<b>30</b>
3.1 - Correlação de modelos de justiça: correlação de modelos societários .....	32
3.2 - Repensando as relações sociais dentro e fora da justiça .....	33
3.3 - O lugar do perdão .....	35
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>36</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>42</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>46</b>

## **RESUMO**

O presente trabalho aborda o modelo de resolução de conflitos denominado justiça restaurativa como sendo uma possível via para a humanização da justiça, a partir do resgate histórico da concepção e consolidação desse modelo no Brasil e no mundo. Aborda também aspectos teórico metodológicos que diferenciam o modelo restaurativo de resolução de conflitos do paradigma tradicional, situando-o como uma potencial alternativa a esse paradigma.

## **PALAVRAS-CHAVES**

justiça restaurativa, justiça, resolução de conflitos.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é o produto da disciplina de graduação Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oferecida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, no segundo semestre letivo de 2006. É também fruto das trajetórias percorridas pelo autor desta monografia no decorrer deste curso, das quais deve-se fazer menção especial ao período de estágio curricular no Centro de Referência, Intervenção e Pesquisa em Reinserção Social de Internos e Egressos do Sistema Penal – CATATAU. É que nesse Período surgiu a possibilidade de participar de um grupo de estudos sobre Justiça Restaurativa – ponto de partida do interesse aqui manifestado pela nova proposta de resolução de conflitos chamada Justiça Restaurativa.

Essa proposta de justiça e sua possibilidade de humanização dos processos de se fazer justiça é o **objeto** desse trabalho. Seu histórico, suas origens, a forma pela qual se relaciona com o modelo tradicional de justiça e as novidades que traz consigo são alguns dos pontos importantes, pelos quais se pretende trabalhar esse objeto.

Abordar o **tema** Justiça Restaurativa no Departamento de Serviço Social da UnB representa o esforço inicial para que questões relativas aos modos tradicionais e alternativos de se fazer justiça no Brasil despertem maior atenção do Serviço Social como um todo. Isso porque, são questões que dizem respeito à profissão e ainda não estão sendo tematizadas pelos assistentes sociais. A busca por mudanças nas instituições repressivas do Estado, o acesso à cidadania e aos direitos humanos por parte daqueles que se encontram em conflito com a lei e, inclusive, a promoção de uma cultura de justiça e paz por uma sociedade igualitária passa, necessariamente, pela discussão acerca do modelo de justiça e resolução de conflitos vigente, envolvendo diferentes aportes profissionais.

Sem esse expediente, até mesmo as discussões sobre as medidas e penalidades alternativas adotadas para adolescentes e adultos em conflito com a lei correm o risco de se tornarem incompletas, carecendo da visão de totalidade acerca dos encaminhamentos penais, que exigem que se leve em conta também a forma pela qual um modelo de justiça decide sobre o destino desses indivíduos.

Discutir a justiça restaurativa é, portanto, um exercício de reflexão acerca de alternativas à justiça retributiva, ou tradicional, vigente e seus resultados insatisfatórios

para a promoção de uma sociedade mais justa. É questionar a forma atual de resolver os conflitos advindos das mais diversas relações sociais, pautada pela vingança executada e mediada pelo Estado, bondosamente chamada de *retribuição*. É, sobretudo, revisar os alicerces das relações inter-pessoais cotidianas e até mesmo as bases do modelo de sociedade construído e reconstruído constantemente nessas relações sociais.

Na medida em que se apresenta como um novo modelo de resolução de conflitos numa perspectiva não-adversarial, onde as próprias pessoas decidem conjuntamente as soluções para o conflito e seus impactos, por meio da cooperação para o alcance do que é tido como justo pelas partes, surge a **hipótese** norteadora deste trabalho de que tais características, entre outras discutidas, possibilitam pensar a justiça restaurativa como uma possível via para a humanização da justiça. Além disso, o fato de estar fundamentada numa concepção filosófica diferente da concepção que sustenta a justiça tradicional, situa a justiça restaurativa como uma nova proposta do que é justiça e como promovê-la.

Tais aspectos estão relacionados à tentativa de responder à **pergunta de partida** deste trabalho, associada ao **objetivo** de conhecer em que medida o modelo restaurativo de resolução de conflitos se configura como uma possível via para a humanização da justiça. A discussão proposta sobre justiça restaurativa é também um incentivo ao repensar da justiça atual e ao seu confronto com uma proposta de justiça ideal, tendo em vista sua superação dialética.

Para tanto, é explicitado no primeiro capítulo desse trabalho o que é a justiça restaurativa, além de seu histórico e sua incidência no Brasil e os projetos-pilotos existentes no país. No segundo capítulo é feita uma análise comparada entre justiça tradicional e justiça restaurativa, com o objetivo de indicar a partir de que diferenças a justiça restaurativa se apresenta como um modelo alternativo. E, no terceiro capítulo, procura-se mostrar como esse modelo alternativo pode ser uma via para a humanização da justiça. A guisa de conclusão, as considerações finais constituem o *lócus* em que se resgatam inferências mais significativas da matéria analisada e se agregam ponderações adicionais. A seção de anexos também possui informações importantes sobre diversos aspectos da justiça restaurativa, como uma tabela comparada entre suas principais características e as da justiça tradicional, documentos ilustrativos e uma entrevista feita com um dos profissionais do projeto Justiça Restaurativa do Núcleo Bandeirante – Distrito Federal.



Sobre a **metodologia** utilizada na pesquisa que subsidiou este trabalho, elegeu-se a análise histórico-estrutural da justiça restaurativa como fenômeno em processo dialético de construção e reconstrução frente à justiça retributiva tradicional. Para isso foram selecionadas fontes secundárias, dentre as obras clássicas da literatura sobre justiça restaurativa, como John Braithwaite, em *Restorative Justice and Civil Society*; Howard Zehr, a partir de sua obra *Changing Lens*, pedra fundamental da conceituação restaurativa de justiça, além de *Restoring Justice*, de Daniel Van Ness. Na literatura brasileira, foram explorados diversos artigos, de autoria de grandes nomes da justiça restaurativa no Brasil, como Renato Sócrates Gomes Pinto, Marcos Rolim, Pedro Scuro Neto, André Gomma de Azevedo, além de documentos relativos à implementação da justiça restaurativa no Brasil e em outros países, legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e notícias de jornais, a fim de relacionar a discussão teórica aos acontecimentos cotidianos.

A revisão bibliográfica a partir da literatura selecionada inclui também a abordagem de textos e temas correlatos. Além disso, a entrevista realizada tornou-se um importante instrumento de coleta de dados em fonte direta e auxiliou na compreensão, ainda exploratória, de como a teoria discutida no transcorrer desse trabalho se aplica a um caso concreto de resolução de conflitos por meio da justiça restaurativa.

Esse trabalho visa também contribuir para a aproximação entre justiça restaurativa e Serviço Social, haja vista a contribuição fundamental deste para o aprimoramento e consolidação das iniciativas de transformação da justiça brasileira, onde se enquadra também a justiça restaurativa, como novidade no modo de resolução de conflitos.

## CAPÍTULO I

### **Justiça Restaurativa: como funciona e qual a sua história**

Como se trata de algo novo e pouco difundido, principalmente se comparado à justiça tradicional, é importante que se apresente primeiro uma definição atual e a forma como opera a justiça restaurativa, para que, de posse disto, se conheça o percurso histórico que a consolidou.

Para definir o que é a justiça restaurativa, nada melhor do que a sugestão presente na resolução 2002/12 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, quando este faz a recomendação da justiça restaurativa a todos os países. De forma bastante tautológica, define que: “Programa de Justiça Restaurativa significa qualquer programa que use processos restaurativos e objetive atingir resultados restaurativos.” (p.3) e avança, dizendo que esses Processos Restaurativos são quaisquer processos onde vítima e ofensor, bem como demais outros indivíduos ou membros da comunidade que foram afetados pelo conflito em questão, participam ativamente na resolução das questões oriundas desse conflito, geralmente com a ajuda de um facilitador. (idem)

Essa definição um tanto genérica e, como já dito, tautológica em seu enunciado, se faz importante, tendo em vista que a história das práticas consideradas *restaurativas* tem origem em lugares diferentes e também em tempos diferentes. Além disso, mostra que, diferente da justiça tradicional positivista, não há regras rígidas ou leis que a cerceie; ao contrário disso, trata-se de um modelo de resolução de conflitos firmado em *valores*<sup>1</sup>. Na verdade, ao mesmo tempo em que dá liberdade a um lastro maior de formas de justiça restaurativa, mostra a raiz, mais intuitiva e prática do que teórica, do que vem a ser a justiça restaurativa.

No entanto, apesar da definição ampla, a justiça restaurativa pode ser identificada por aspectos comuns aos diversos projetos existentes. Renato Gomes Pinto define a justiça restaurativa, dizendo que: “trata-se de um processo estritamente voluntário, relativamente informal, com a intervenção de mediadores, podendo ser utilizadas técnicas de mediação,

---

<sup>1</sup> Ao longo desse primeiro capítulo será melhor abordada essa questão dos valores que permeiam e fundamentam a justiça restaurativa.

conciliação e transação para se alcançar o resultado restaurativo, objetivando a reintegração social da vítima e do infrator.” (2005: 19).

De modo geral, os aspectos destacados por Gomes Pinto, expressam a forma pela qual a justiça restaurativa é operada. Esses aspectos serão, portanto, analisados, ao mesmo tempo em que o funcionamento da justiça restaurativa será apresentado.

O primeiro aspecto diz respeito à *voluntariedade*. A *voluntariedade* não significa que os operadores da justiça restaurativa devam fazer um trabalho voluntário. Significa que as partes afetadas pelo conflito devem voluntariamente optar pela justiça restaurativa como meio para sua resolução, diferentemente do processo tradicional, pois, caso as pessoas não queiram optar pelo modelo restaurativo, o Estado não pode intimá-las a utilizar essa via.

O fato de ser caracterizado como *relativamente informal* alude à forma como acontecem os procedimentos. As partes são consultadas por telefone se desejam participar e a solução tida como justa é obtida através do diálogo entre elas, nos chamados círculos restaurativos, câmaras restaurativas, ou mesmo encontro restaurativo.

A intervenção de mediadores (também chamados de facilitadores ou, ainda, conciliadores) marca a viabilidade do procedimento restaurativo. O papel da mediação é o de garantir que as partes dialoguem de modo a construir conjuntamente um acordo justo para ambos os lados. Ocorre que o diálogo entre as pessoas afetadas torna-se muito delicado em decorrência dos impactos causados pelo conflito. Por isso, a mediação irá primar para que esse diálogo não seja mais uma forma de conflito, mas sim um meio para a reparação dos danos e restauração das relações sociais.

E, por último, o resultado restaurativo diz respeito aos encaminhamentos advindos desse encontro entre as partes. O termo *resultado restaurativo* é mais amplo que *acordo restaurativo*, sendo que este corresponde ao que foi decidido entre as partes para a reparação dos danos decorrentes do conflito e, aquele, insinua também o cumprimento desse acordo e a efetiva restauração das partes.

## 1.1 - O processo histórico de consolidação da justiça restaurativa

A história da justiça restaurativa é algo controverso e contado de diferentes formas pelos autores. A dificuldade principal de se estabelecer qual foi o processo histórico que antecedeu e permeia a noção atual que se tem de justiça restaurativa deve-se, em parte, às diferentes origens do que se chamam *práticas restaurativas*. Tais práticas derivaram da essência mesma dos conceitos atuais de justiça restaurativa e foram percebidas em diversas épocas, assim como em diferentes lugares do mundo, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Existem, portanto, dada à diversidade de contextos histórico-culturais em que a sua prática foi e é exercida, concepções distintas de como deve ser a justiça restaurativa e que papel deve desempenhar na sociedade.

Por práticas restaurativas entendem-se as diversas formas que as sociedades comunitárias e pré-estatais utilizavam para resolver conflitos entre seus membros, seja mediante o diálogo, a negociação, seja por outro meio que se opusesse às medidas meramente punitivas. Mylène Jaccoud (2005) aponta que, desde a era pré-cristã, comunidades já se utilizavam de práticas restaurativas, registradas inclusive em documentos como no código sumeriano (2050a.C.), ou o código de Hammurabi (1700a.C.). Jaccoud também faz referência a práticas restaurativas observadas em comunidades pré-estatais existentes em todos os Continentes, como os povos colonizados da África, América do Sul, América do Norte, Europa, e Nova Zelândia. É importante destacar a experiência neozelandesa, pois esta representa um dos mais importantes resultados de implementação da justiça restaurativa, cuja metodologia foi aplicada em projetos nos Estados Unidos, Canadá e até mesmo no Brasil.

Nas comunidades nativas de territórios colonizados, a presença de práticas restaurativas devia-se, principalmente, a uma concepção de justiça distinta da punição baseada essencialmente na privação de liberdade, bastante utilizada pelas sociedades modernas.

A própria estrutura das sociedades comunitárias, onde cada indivíduo exercia um papel significativo para o ordenamento social, favorecia as práticas restaurativas, no sentido de que o indivíduo que houvesse cometido alguma infração às leis da comunidade deveria ser julgado com vistas a permanecer exercendo sua atividade social, evitando-se, assim, a

ruptura de seus vínculos comunitários. Jaccoud (2005) assinala que o ressurgimento dos modelos restaurativos na sociedade atual, deve-se, em parte, às reivindicações de povos nativos remanescentes que exigem da justiça estatal respeito a seus processos de resolução de conflitos (Marshall, Boyack, Bowen, 2005; Jaccoud, 2005).

Os modelos atuais de justiça restaurativa estão diretamente ligados e fazem referências às comunidades pré-estatais. Destas, as tribos Maori, da Nova Zelândia, são o maior exemplo na história da justiça restaurativa de como um modelo tribal ganhou visibilidade e legitimidade suficientes, a ponto de ser incorporado pela justiça tradicional neozelandesa. O modelo de justiça restaurativa advindo das tribos Maori foi o resultado da insatisfação dos membros dessa tribo de ver os seus jovens e crianças institucionalizados no sistema repressivo tradicional neozelandês.

Como resultado da contestação dessas tribos ao sistema tradicional, foi aprovado, por meio de muitas mediações, o *Estatuto das Crianças, Jovens e suas Famílias*, em 1989. Esse estatuto promoveu uma drástica mudança dos mecanismos utilizados para lidar com os conflitos até então (Maxwell, 2005). A partir desse estatuto, estendeu-se às famílias a primazia da responsabilidade pelos encaminhamentos que seriam dados às crianças e jovens em conflito com as leis da sociedade. Disso resultaram as chamadas *reuniões de grupo familiar*, das quais participavam não apenas o adolescente em causa, e sua família, mas também os demais envolvidos, bem como representantes das instâncias estatais, para a construção coletiva de uma solução de conflito que não influenciava apenas os implicados, mas a comunidade com um todo.

A Nova Zelândia é um dos países que há mais tempo desenvolve projetos de justiça restaurativa. O trabalho com crianças e jovens descrito acima foi o primeiro a ser incorporado. Pesquisas foram realizadas, de 1990 a 2004, com largas amostras<sup>2</sup> reveladoras de aspectos positivos e negativos dos projetos de justiça restaurativa naquele país. Não obstante os resultados negativos (como os casos que não conseguiam firmar um acordo), o que é preciso destacar é que se tratava de uma nova instância para resolução de conflitos, envolvendo crianças e jovens - uma forma alternativa ao modelo punitivo tradicional de lidar com os conflitos, o qual é caracterizado por Maxwell da seguinte forma: “Em especial, o processo da *reunião de grupo familiar* foi reconhecido como um mecanismo que poderia

---

<sup>2</sup> Para informações detalhadas sobre as pesquisas, cf. Maxwell, 2005 p.281 – 289.

ser usado dentro do sistema de justiça mais amplo para prover soluções de justiça restaurativa a infrações dentro de um sistema tradicional, onde as sanções do tribunal também poderiam estar disponíveis quando necessário” (2005 p.280).

A justiça restaurativa aplicável a adultos iniciou-se a partir das reuniões de grupo familiar, que eram as práticas restaurativas com crianças e jovens. Estas começaram a acontecer apenas em 1994, pela iniciativa de voluntários que acreditavam na eficácia do trabalho restaurativo com adultos, tal como vinha acontecendo com as crianças. O primeiro grupo comunitário de justiça restaurativa foi fundado em 1995, na Nova Zelândia (Marshall, 2005), e, entre aqueles que trabalharam na construção ou aplicação do modelo restaurativo voltado para adultos estão advogados, professores, pessoas interessadas da comunidade e assistentes sociais.

Na medida em que os primeiros trabalhos de justiça restaurativa foram apresentando bons resultados, o número de projetos passou a crescer com rapidez. Todavia, muitas eram as distinções entre um projeto e outro. Por se tratar de algo comunitário e voluntário e, na maioria das vezes, não-institucional, muitos facilitadores passaram a criar grupos em novos locais, com abordagens próprias. O aumento do número de grupos sem supervisão passou a gerar preocupação quanto à qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Na Nova Zelândia, chegou-se a pensar na criação de uma agência que regulasse e regulamentasse os trabalhos com justiça restaurativa. Porém, teóricos como John Braithwaite (2001) referem-se a pouca maturidade dos projetos como um todo como fator impeditivo para a criação de um instituto de regulação dessa modalidade de justiça.

Diante da diversidade de projetos coexistentes, o Ministério da Justiça neozelandês lançou, em maio de 2003, o documento intitulado “*Draft Principles of Best Practice for Restorative Justice Processes in Criminal Courts*” (Esboço dos Princípios da Melhor Prática para Processos de Justiça Restaurativa nos Tribunais Criminais), um documento para discussão preliminar acerca de qual seria a prática mais adequada, ou quais deveriam ser os princípios gerais que a norteariam. Foi a partir desse documento – criticado, aprimorado e reformulado – emitido em junho de 2003, que a Rede de Justiça Restaurativa da Nova Zelândia adotou um conjunto de princípios, tais como: *participação* dos mais afetados pela transgressão na condição de protagonistas; *respeito*, a partir da concepção de que todos os seres humanos têm igual valor, independente de qualquer condição (raça,

gênero, etnia) e de suas atitudes danosas; *empoderamento*, no sentido de que, no foro restaurativo, os próprios envolvidos no conflito têm a possibilidade de tentar resolvê-lo, sem a representação estatal (apesar de que, caso o conflito não se resolva, o Estado deva intervir)<sup>3</sup>.

Entre outros países que adotam a justiça restaurativa, observa-se um caso importante, de experiências bem sucedidas, na Colômbia – um país latino-americano, com características semelhantes às do Brasil, que vem mostrando que meios alternativos de se fazer justiça são também viáveis em países com altos índices de desigualdade social. Na Colômbia, a justiça restaurativa alcançou tamanha legitimidade, a ponto de ela ser inscrita na própria Constituição e no Código de Processo Penal desse país<sup>4</sup>. A implementação da justiça restaurativa na Colômbia obteve resultados muito positivos para a sociedade e para o sistema jurídico como um todo<sup>5</sup>. A capital colombiana, Bogotá, obteve um índice de redução de 30% nas taxas de homicídios após a implementação da justiça restaurativa<sup>6</sup>.

## **1.2 - Repercussões positivas da justiça restaurativa: sua chegada ao Brasil**

Conforme dito antes, a proposta alternativa de resolução de conflitos, denominada justiça restaurativa, vem ganhando amplitude no território neozelandês. Um dos principais desdobramentos desse avanço foi o seu alcance em outros países interessados em novas possibilidades de promoção da justiça em seu âmbito.

Entre diversos os países que também vêm adotando a justiça restaurativa, o Brasil se destaca, a partir de junho de 2005, quando a Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça – MJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, decidiram implementar projetos de justiça restaurativa em três estados da Federação – São Paulo, em São Caetano do Sul; Rio Grande do Sul, em Porto Alegre; e Distrito Federal, na cidade do Núcleo Bandeirante.

---

<sup>3</sup> Para uma explanação mais ampla dos demais valores expostos desse documento, ver Marshall, Boyack e Bowen (2005).

<sup>4</sup> cf. Gomes Pinto em [http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/construcao\\_dajusticarestaurativanobrasil2.pdf](http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/construcao_dajusticarestaurativanobrasil2.pdf). último acesso em 23/11/2006.

<sup>5</sup> Ver Scuro Neto, 2004; Scuro Neto, 2005.

<sup>6</sup> cf. <http://txt.estado.com.br/editorias/2006/08/21/edi-1.93.5.20060821.2.1.xml> - último acesso em 20/10/2006.

Cada projeto atua em uma frente diferente, o que mostra, a exemplo também do histórico neozelandês, que são muitas as áreas em que projetos de justiça restaurativa são aplicáveis.

O projeto situado em São Caetano do Sul trabalha com crianças e adolescentes nas escolas. O de Porto Alegre lida também com crianças e adolescentes, mas que estão cumprindo medidas sócio-educativas. Já no Distrito Federal, o trabalho envolve a comunidade em geral e é vinculado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal – TJDF, sendo que os casos atendidos pelo projeto são encaminhados por intermédio de um juiz de direito. Trata-se de projetos-piloto, representando as primeiras tentativas de inserção da proposta de justiça restaurativa no Brasil, que visam verificar a aplicabilidade e adequação desse modelo alternativo, bem como fazer testes e ajustes desse tipo de justiça à realidade brasileira. Apesar de abordarem públicos diferentes, os projetos partem de um ponto-comum, que é a busca de uma nova forma de se fazer justiça no país, dada a ineficácia das medidas tradicionais de justiça, que atinge a ambos os públicos. E é justamente essa busca que vem alimentando a idéia de justiça restaurativa no contexto brasileiro e a expandindo. Por constituírem referência basilar para a recente história da justiça restaurativa no Brasil, cada projeto será descrito em particular<sup>7</sup>

### **1.2.1 - O projeto de São Caetano do Sul – São Paulo**

O projeto “Justiça e Educação: Parceria para a Cidadania”, do município de São Caetano do Sul, Grande São Paulo, vem sendo realizado desde 2005 e tem o foco voltado para os conflitos em ambiente escolar, envolvendo estudantes de quarta a oitava séries. São mediados conflitos entre estudantes, ou entre estudantes e demais trabalhadores inseridos no ambiente escolar. O trabalho é realizado em quatro escolas, escolhidas devido aos altos índices de vulnerabilidade das crianças à violência, à evasão escolar, bem como em razão do significativo número de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar de São Caetano do Sul a crianças matriculadas nessas escolas<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Será lançado um livro pelo PNUD, no qual as experiências brasileiras são abordadas em detalhe.  
cf. <http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=2217%26lay=jse> ultimo acesso em 20/11/2006

<sup>8</sup> cf. <http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=1281&lay=jse> Ultimo acesso em 21/10/2006



O procedimento realizado nas escolas se dá por meio da chamada *câmara restaurativa*, e é muito semelhante aos *círculos restaurativos* ou *encontros restaurativos* que ocorrem em outros projetos. Das câmaras restaurativas participam geralmente os implicados no conflito, seus respectivos familiares e um conciliador, que é uma pessoa previamente capacitada para mediar o diálogo entre as partes. O conciliador pode ser desde um professor, até um estudante da escola, sob a supervisão da equipe que coordena o projeto, a qual é também responsável por encaminhar os conflitos em que a justiça restaurativa é aplicável.

O objetivo das câmaras restaurativas é o mesmo que o das demais práticas restaurativas: conversar a respeito do conflito, das motivações que o levaram a existir, das conseqüências que o autor trouxe à vida de outra(s) pessoa(s) e à dele mesmo, e das conseqüências que acarretaram para a vítima. Vale destacar que a realização das câmaras está atrelada à sua aceitação por parte da vítima e do autor, sendo a *voluntariedade* das partes um dos princípios requeridos para a realização de qualquer prática restaurativa. Após o diálogo acerca do conflito, é avaliada a possibilidade de serem reparados os danos causados e, dependendo da gravidade da infração, a necessidade de medidas sócio-educativas. Após esses procedimentos, as partes, então, devem concordar com um termo que deve ser redigido, assinado e enviado à justiça formal, responsável pela formalização do processo.

O projeto conta com a parceria do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar do município. O trabalho em conjunto com essas esferas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>9</sup>, traz força e legitimidade ao projeto, propiciando a possibilidade de identificar outras questões pertinentes à vida das crianças envolvidas, que podem também ser trabalhadas, bem como a inserção do adolescente em uma rede social de apoio às suas necessidades. Outra vantagem percebida durante o andamento do projeto, de acordo com o relato de um dos professores envolvidos no trabalho como conciliadores, é a de que a sua implementação favoreceu a sistematização de práticas difusas levadas à frente por professores dispostos solucionar os conflitos, no entanto, sem uma formação que os capacitasse para tais demandas. (ILANUD, 2006)

---

<sup>9</sup> Outros fundamentos constantes do ECA para a aplicação do projeto de Porto Alegre são o artigo 112, que trata do instituto de remissão, mediante a conscientização do adolescente, e o art. 116, que traz a possibilidade de a autoridade competente aplicar a obrigação ao adolescente de reparar os danos causados à comunidade.

O projeto “Justiça e Educação: Parceria para a Cidadania” de São Caetano do Sul é, portanto, um projeto que vem beneficiando a comunidade, podendo resolver, por meio do diálogo e do acordo, conflitos que muitas vezes extrapolam os limites escolares. É também uma forma de complementar o currículo pedagógico da escola, pois oferece lições que servirão para a vida das crianças, como cidadãos, e para a construção de uma sociedade mais interessada em resolver problemas do que punir seus causadores.

### **1.2.2 - Projeto de Porto Alegre – Rio Grande do Sul**

O projeto desenvolvido em Porto Alegre também tem como público crianças e adolescentes. Porém, diferentemente do projeto realizado em São Caetano do Sul, lida com adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas. Esse projeto, iniciado em meados de 2005, teve o caminho pavimentado por pessoas que são nomes importantes para justiça restaurativa no Brasil. Entre eles está o professor Pedro Scuro Neto, o qual vem, desde 1999, buscando alternativas à ineficácia do Sistema de Justiça Penal Juvenil, inclinando-se para práticas restaurativas como uma possível resposta à insatisfação gerada pelo sistema de justiça tradicional, considerado muito punitivo e pouco eficaz do ponto de vista da reeducação. Além da atuação de Scuro, outro fato foi muito importante para a consolidação da justiça restaurativa naquela região: a criação do Núcleo de Estudos sobre Justiça Restaurativa, situado na escola da Associação de Juízes do Rio Grande do Sul – AJURIS, órgão que também vem incentivando a difusão e consolidação de práticas restaurativas pela região sul do país.<sup>10</sup>

O projeto “Justiça para o Século 21”, como é chamado, envolve, como já mencionado, adolescentes que cumprem medida sócio-educativa. Tal característica o diferencia do projeto desenvolvido em São Caetano do Sul, onde os adolescentes que participam do projeto ainda não passaram pelos trâmites da justiça comum (queixa formal, intimação, depoimento, audiência com as partes, etc.). Aqui, os adolescentes envolvidos encontram na justiça restaurativa um meio complementar as medidas sócio-educativas<sup>11</sup> para dialogar sobre o conflito. O objetivo do projeto é “qualificar a execução das medidas

---

<sup>10</sup> Cf. <http://www.justica21.org.br/j21/index.php> último acesso em 18/10/2006

sócio-educativas (...) no âmbito do processo judicial e do atendimento técnico, mediante os princípios e métodos da Justiça Restaurativa, de forma a contribuir com a garantia dos direitos humanos (...)”<sup>12</sup>

Para cumprir com tal objetivo, o projeto é dividido em quatro eixos de atividades: *formação*, que visa capacitar pessoas interessadas no trabalho e realizar seminários e grupos de estudo; *mobilização institucional e social*, que consiste na divulgação e explicação do projeto, e também firmar parcerias; *aplicação das práticas restaurativas*, que visa abranger, além das medidas sócio-educativas, medidas de privação de liberdade e conflitos escolares, sendo este último um estímulo à implementação da justiça restaurativa em ambientes além do jurídico; e *atividades de pesquisa e avaliação*, responsáveis por aprimorar o projeto.

Apesar da amplitude da proposta apresentada pelo projeto de Porto Alegre, foi alvo recebeu duras críticas no que tange à concepção de justiça restaurativa adotada. A avaliação feita pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente - ILANUD acerca da concepção de justiça restaurativa presente na proposta de Porto Alegre, que apontou elementos como “cura” para o judiciário brasileiro, atribuindo à justiça restaurativa a função de regenerar o sistema judiciário tradicional e, quanto ao trabalho com medidas sócio-educativas, um meio para aperfeiçoar as medidas, sem fazer menção à possibilidade de alternativa ao modelo de justiça atual (ILANUD, 2006).

Com efeito, o ponto mais importante para a implementação da justiça restaurativa concomitantemente ao cumprimento de medidas sócio-educativas, diz respeito ao componente educativo que pode existir no encontro entre autor da infração e vítima, no sentido de que o diálogo sobre o conflito possa trazer maior aprendizado para o adolescente autor do fato. É atribuído ao encontro entre as partes um importante componente para a educação do autor do ato infracional, uma vez que esse momento de reflexão poderá levá-lo a se conscientizar dos efeitos negativos de seu ato.

---

<sup>11</sup> As medidas sócio-educativas também situam-se no panorama das novas alternativas para a humanização da justiça. Mais sobre essas formas de (re)educação em liberdade, conferir CEPEMA, 2001.

<sup>12</sup> [http://www.justica21.org.br/j21/webcontrol/upl/bib\\_210.pdf](http://www.justica21.org.br/j21/webcontrol/upl/bib_210.pdf) último acesso em 18/10/2006.

### 1.2.3 - Projeto do Núcleo Bandeirante – Distrito Federal

O projeto realizado no Núcleo Bandeirante, cidade do Distrito Federal, teve início concomitantemente com os projetos realizados em São Caetano do Sul e Porto Alegre e foi resultado da mesma parceria entre PNUD e Ministério da Justiça, em maio de 2005. Está instalado no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, e tem como parceiro na realização de suas atividades o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e a Defensoria Pública do Distrito Federal. Além do Núcleo Bandeirante, o projeto atende as cidades de Candangolândia, Riacho Fundo I e II, e Park Way.

O projeto desenvolvido no Distrito Federal se diferencia dos demais em relação ao público alvo. Enquanto em São Caetano do Sul o trabalho é realizado nas escolas de ensino fundamental e, em Porto Alegre, com adolescentes em conflito com a lei, no Distrito Federal são encaminhados os casos em que a pena máxima prevista é de até dois anos em privação de liberdade, também chamados de *menor potencial ofensivo*. Portanto, trata-se de um projeto mais voltado ao público adulto.

Os objetivos do projeto-piloto do Núcleo Bandeirante são: testar a viabilidade das práticas restaurativas para o sistema penal; avaliar a percepção dos operadores do sistema penal diante desse novo modelo; verificar a eficácia do processo restaurativo como ferramenta de resolução de conflitos, bem como proporcionar a resolução das demandas subjacentes ao conflito<sup>13</sup>; e promover a pacificação social.

A metodologia adotada no projeto do Núcleo Bandeirante consiste na seleção dos casos que são encaminhados via audiência ou por orientação de juízes, promotores, defensores e equipe técnica do projeto. A equipe técnica entra em contato com as partes, convidando-as a participar do processo<sup>14</sup>. Caso ambos os implicados concordem em

---

<sup>13</sup> Segundo a psicóloga Adriana Sócrates, “o que realmente pressupõe a Justiça Restaurativa encontra-se para além dos *atos*. Trata-se de um trabalho a ser realizado num campo paralelo ao da Justiça, no tocante aos sentimentos e emoções advindas da infração penal dos envolvidos e da sociedade a que pertencem.” (Sócrates, 2005, p.3).

<sup>14</sup> Faz-se necessário destacar que, no processo de consulta às partes, é consultado primeiramente o autor do ato e, caso esse tenha interesse em participar, consulta-se a vítima. Esse procedimento visa saber primeiramente se o autor reconhece sua responsabilidade e está disposto a dialogar com a vítima. É

participar, passam por encontros com os facilitadores, com o objetivo de prepará-los para o encontro restaurativo.

Os encontros restaurativos são mediados por dois facilitadores. Estes são trabalhadores voluntários que compõem uma equipe multidisciplinar e são capacitados para lidar com conflitos a partir da técnica de *mediação vítima-ofensor (MVO)* <sup>15</sup>. Esta técnica prima pela autocomposição penal e pela possibilidade das partes se representarem por si sós e de decidirem o que seria justo entre elas. A avaliação do projeto se dá no início e no final do procedimento restaurativo, por meio de perguntas feitas às partes. Há também a previsão para avaliar o projeto mediante a realização de consulta aos implicados, após quarenta e cinco dias e, outra, após seis meses, para que eles possam opinar sobre os diversos aspectos do processo pelo qual passaram.

Recentemente, no dia 09 de outubro de 2006, o projeto Justiça Restaurativa foi institucionalizado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a partir da portaria conjunta n.052. Entre outros motivos que levaram a presidência do TJDFT a emitir essa portaria, institucionalizando o projeto, estão: a consideração dos resultados qualitativos advindos do trabalho ao longo do ano de suas atividades; a abordagem multidisciplinar; a atenção às demandas subjacentes ao conflito; e até mesmo a possibilidade de prevenção à reincidência<sup>16</sup>. Tem-se, a partir dessa experiência, um sinal positivo quanto à recepção dos trabalhos em matéria de justiça restaurativa no Distrito Federal.

---

importante para o projeto não consultar primeiramente a vítima, pois, caso o autor do fato não deseje participar, ou mesmo negue a responsabilidade pelo fato, isso pode incorrer em uma revitimização para aquela pessoa.

<sup>15</sup> Para um maior aprofundamento acerca da técnica de mediação vítima-ofensor, conferir Azevedo, 2005.

<sup>16</sup> O documento citado encontra-se na seção Anexos deste trabalho.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Justiça tradicional à justiça restaurativa: uma mudança de paradigma**

Além do processo histórico apresentado anteriormente, outro determinante fundamental para uma adequada compreensão do advento da justiça restaurativa consiste em analisar a razão que a sustenta. Nesse caso, se a justiça restaurativa se propõe a dar resposta à ineficácia da justiça tradicional em solucionar conflitos, deve-se, portanto, analisar sua existência a partir das diferenças entre uma e outra. Neste capítulo serão discutidas essas diferenças a fim de evidenciar os valores, princípios e procedimentos pertinentes a cada um dos modelos, e analisados os seus efeitos para a vítima e para o ofensor.

Vários autores importantes, estudiosos da justiça restaurativa, já realizaram comparações entre o modelo tradicional de justiça e o restaurativo<sup>17</sup>. Cabe a este trabalho analisar os referidos modelos de forma crítica, tendo como parâmetro a humanização e a socialização do acesso à justiça.

Para a análise das características distintivas das justiças restaurativa e tradicional, é fundamental que seja analisada, primeiramente, a estrutura que compõe cada modelo e de que forma se inserem os sujeitos envolvidos no conflito.

Entre os aspectos dessa estrutura, o que deva ser de imediato observado, diz respeito ao papel que é atribuído aos sujeitos.

Na justiça tradicional, os indivíduos situam-se numa arena, como adversários. Já a proposta de justiça restaurativa dá um novo significado a essa arena, onde vítima e ofensor cooperam para chegar a um objetivo razoável para ambas as partes. Em outras palavras, na justiça tradicional (retributiva), o indivíduo que se sente lesado por outro entra com uma queixa e assume novamente o papel de vítima. Esta deverá ser a sua condição do início ao fim do processo para que alcance seu objetivo: culpar o ofensor. Nesse caso, percebe-se, no entanto, que há uma atuação contraditória por parte da vítima, a qual assume o objetivo de lesar, por sua vez, aquele que lhe havia prejudicado, assumindo, dessa forma, papel de

---

<sup>17</sup> Entre eles, Howard Zehr (1990), Daniel Van Ness (2002), Marcos Rolim (2004), Pedro Scuro (2004) e Renato Sócrates (2005).

ofensor; já aquele que havia cometido o delito, passa a ser vítima de seu próprio delito, ou ainda, vítima das ofensivas de seu adversário no processo.

Por outro lado, no processamento da justiça restaurativa, os indivíduos implicados num conflito deixam de ser diferenciados pela designação de *vítima* ou de *criminoso*, para serem considerados '*partes*' envolvidas. Dessa feita, sob a perspectiva restaurativa, o conflito passa também a ser um dano às relações sociais entre as partes e a gerar impactos negativos a toda a comunidade<sup>18</sup>, a ponto de ser interessante para todos, especialmente às partes, que ele seja resolvido. Assim, o ofensor, em vez de se eximir da culpa que possui, é chamado à responsabilização e exposição das razões e justificativas que o levaram a cometer tal ato, pois existe ali a possibilidade de restaurar os danos causados em consequência desse ato<sup>19</sup>. Disso decorre que, num encontro restaurativo, diferentemente da “verdade real” dos fatos, imposta pelo veredicto do tribunal, o que se pretende construir é uma “verdade consensual”, permeada pelas razões de ambas as partes, não apenas para um dos lados, mas para os dois.<sup>20</sup>

Além da diferença entre o espaço e as atribuições da vítima e do ofensor, outra distinção estrutural da justiça restaurativa, diz respeito aos encaminhamentos necessários para responsabilizar esse ofensor. No modelo tradicional, aquele que foi identificado como responsável pelo conflito passa a ser a personificação do próprio conflito, ou o conflito em si, e, por isso, deve ser isolado do convívio social para que este continue a se manter saudável. Em contraposição, no modelo restaurativo, o conflito pertence tanto à vítima, quanto ao ofensor, ou mesmo a toda a comunidade<sup>21</sup>, de modo que todos passam a ter responsabilidade de encontrar um caminho para sua solução. Mas, esse processo deve, necessariamente, passar pela responsabilização do ofensor, no momento em que a vítima lhe traz o conhecimento dos impactos que suas atitudes causaram.

---

<sup>18</sup> Falar em comunidade atualmente é também um obstáculo para a promoção da justiça. Uma breve discussão sobre o conceito de comunidade encontra-se nas Considerações Finais deste trabalho.

<sup>19</sup> Uma crônica muito interessante que aborda relações adversariais e cooperativistas, numa outra esfera das relações pessoais, escrita por Rubem Alves encontra-se disponível em <http://www.rubemalves.com.br/tenisfrescobol.htm> - último acesso em 19/10/2006.

<sup>20</sup> Paz, Silvana e Silvina *apud* Sócrates, 2006. Disponível em [www.restorativejustice.org](http://www.restorativejustice.org) – último acesso em 19/10/2006.

<sup>21</sup> É em face dessa responsabilidade coletiva pelo conflito que se recomenda que a figura do facilitador seja um membro da comunidade e que, de acordo com o conflito, representantes da comunidade participem dos encontros restaurativos.

Além disso, a responsabilidade assumida pelo ofensor não implica o seu confinamento. Pelo contrário, o modelo restaurativo de justiça procura lidar com os prejuízos resultantes de um conflito antes mesmo que ele se “judicialize”, antecipando-se mais até do que as penas alternativas. No entanto, para que a solução surgida de um acordo restaurativo seja validada, ela necessita ser coerentemente fundamentada nos preceitos constitucionais<sup>22</sup>.

Na justiça tradicional, ao contrário, o delito é a porta para um reviver do conflito, mediante uma investigação que tem por fim unicamente incriminar o agente responsável pelo delito, pois é essa a resposta primordial perseguida pelo Estado. Já no modelo restaurativo, o crime é o ponto de partida para a busca de um diálogo construtivo entre dois ou mais membros de uma sociedade, ainda que esses não se conhecessem antes do conflito, contanto que estejam compartilhando do objetivo de resolver tal conflito<sup>23</sup> e reparar os danos que tenham ocorrido.

Percebe-se, a partir daí, outra diferença entre os dois modelos, desta vez, no que diz respeito à *finalidade* da responsabilização do indivíduo pelo ato cometido. Ambos os modelos buscam fazer com que os autores do delito se responsabilizem por seus atos, sendo essa etapa imprescindível para o andamento dos processos nos dois casos. No entanto, a diferença se estabelece a partir da finalidade desse objetivo, uma vez que a justiça tradicional, de posse da confissão do autor do fato, passa a pensar nos meios para puni-lo. Em contraposição, o modelo restaurativo necessita que os indivíduos envolvidos no conflito assumam seus atos e motivos para que, a partir de suas razões, possam construir em conjunto uma solução, na qual todos acreditem ser justa ou mais apropriada.

Outra distinção entre os dois modelos consiste-se no modo como enxergam a restrição de liberdade. Uma das bases de reafirmação do modelo restaurativo decorre da crítica às punições tradicionais, atribuindo-lhes, não o caráter de uma medida educativa e ressocializadora, mas como um dano em resposta a outro dano historicamente ineficaz<sup>24</sup>. É justamente aí que a proposta restaurativa ganha fôlego e se estabelece como forma de justiça que desperta interesse frente à letargia da justiça tradicional, pois tem em vista

---

<sup>22</sup> Para que seja válido, o modelo restaurativo precisa ser juridicamente coerente, principalmente no que tange a validade dos acordos restaurativos. Ver mais sobre a compatibilidade da justiça restaurativa, em Sócrates, 2006.

<sup>23</sup> Um dos princípios da justiça restaurativa é a voluntariedade das partes. Cf Paz, Silvina, 2005.



substituir o ciclo danoso, no qual aquele que provoca um dano a outrem se torna vítima do Estado quando este procura uma forma de educá-lo a partir de um dano equivalente ao que havia cometido. Em face desse quadro, o que o modelo restaurativo procura fazer é, conforme Howard Zehr, resgatar a importância da reparação dos danos como forma de promoção da justiça (1990), lançando mão do diálogo como instrumento apropriado para o alcance desse objetivo.

## **2.1 – O dialogo como fator de mudança de paradigma**

É, portanto, a partir do conflito que o diálogo ganha destaque na justiça restaurativa. E é desse ponto de partida que se pode perceber a mudança de paradigma trazida por essa modalidade de justiça. Com efeito, tomando-se como referência os dois modelos judiciais aqui tratados, tem-se que, de um mesmo conflito, surgem duas respostas bem diferentes. A principal preocupação da justiça restaurativa será a de dar voz à vítima, para conhecer, não as minúcias do conflito, mas os danos que tal conflito lhe tenha provocado. Sua fala não deve se confundir com o tradicional depoimento às autoridades, mas sim, servir como informação fundamental para o conhecimento dos impactos do conflito e como ferramenta de mediação na resolução de contendas na relação vítima x ofensor. Face à mesma situação, a justiça tradicional fará uma viagem ao passado, enfatizando as características do delito para tipificá-lo adequadamente e responder com punição ao infrator.<sup>25</sup>

Assim, ao mesmo tempo em que a justiça tradicional apresenta uma estrutura rígida e arcaica, aparentando solidez e firmeza em seus atos, evidencia-se, por outro lado, a fragilidade do processo nos trâmites dessa estrutura. Como se trata de uma estrutura rígida e complexa, nenhuma de suas minúcias deve ser desconsiderada. É a partir de tal contradição que o foco em solucionar as demandas ali presentes à justiça se desloca para as exigências do trâmite legal, pois, ao sinal de qualquer brecha negligenciada por uma das partes, o processo pode ser interrompido, sob pena de nulidade. A justiça restaurativa, ao contrário, preza - não por uma questão de formalidade, mas por seus princípios - o enfoque

---

<sup>24</sup> O capítulo III apresenta um panorama acerca de tal ineficácia.

<sup>25</sup> Além disso, segundo Sócrates: “A Justiça Restaurativa possibilita exatamente este espaço para fala, para expressão dos sentimentos e emoções vivenciados que serão utilizados na construção de um *acordo restaurativo* que contemple a restauração das relações sociais e dos danos causados.” (2006: 3)

voltado para a construção de um acordo entre vítima e ofensor. É a partir desse objetivo que o processo restaurativo é moldado<sup>26</sup>.

Todos os aspectos abordados até aqui, que diferenciam justiça tradicional e justiça restaurativa, apresentam efeitos para vítima e para ofensor, mesmo que indiretamente. No entanto, existem outros aspectos que diferenciam os dois modelos, no que tange a *inserção* da vítima e do ofensor na justiça. Entre esses, ressalta a diferença das possibilidades e limitações das partes, pois, na justiça restaurativa, o objetivo é dar-lhes a oportunidade de trazer à tona novamente o conflito, com o amparo de um mediador, para que dialoguem sobre o fato, contraponham suas diferentes visões, conheçam os impactos negativos advindos do conflito (materiais e subjetivos) e cooperem para reparar tais impactos, promovendo justiça. Dessa forma, a justiça restaurativa procura não uma única visão do que seja justo ou verdadeiro, mas o que pode ser ilustrado pelo texto de Fernando Pessoa (1999: 212), a seguir:

Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado um com o outro. Cada um me contou a narrativa de porque se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham razão. Não era que um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um via com um critério idêntico ao do outro, mas cada um via uma coisa diferente, e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade...

É a partir da diversidade e da alteridade (sentir o outro) que o modelo restaurativo procura encorajar as pessoas a chegarem a um acordo. Isso não acontece com a justiça tradicional, visto que, para que ela se estabeleça, é necessário pressupor a negação da diversidade e, mais ainda, da alteridade. Para esta, é necessário estabelecer uma decisão única, esmagando as diferenças e as múltiplas determinações de um conflito. No âmbito da solução para o conflito, é necessário também alijar do processo qualquer possibilidade de variação entre um indivíduo e outro, entre uma realidade e outra, para que se estabeleça uma penalidade uniforme sem sequer levar em conta as diferentes possibilidades de adaptação de cada indivíduo a um mesmo tipo de pena.

---

<sup>26</sup> Um fato que ilustra essa mudança (inversão, talvez) na hierarquia na promoção da justiça foi a realização do primeiro acordo restaurativo no projeto de justiça restaurativa do Distrito Federal: um juiz pede permissão a vítima e ofensor para presenciar o encontro restaurativo, podendo, inclusive ser obrigado a se retirar, mediante a vontade das partes.

No entanto, é válido ressaltar que um dos componentes essenciais do conflito vem sendo desconsiderado historicamente por ambos os modelos. Trata-se do indivíduo caracterizado como ofensor. A partir de um olhar dialético sobre a importância da vítima no processo de resolução de conflitos, torna-se visível uma armadilha posta pelo viés positivista do direito. Ao conceber uma medida para promoção da justiça, o viés positivista enfoca as necessidades da vítima sem, contudo, levar em conta as demandas do sujeito ofensor, o qual é imprescindível para que um conflito se estabeleça e, portanto, imprescindível para a promoção da justiça. Ora, se o conflito é um fenômeno resultante de uma relação entre vítima e ofensor, é pertinente destacar que os impactos afetam ambos os lados dessa relação.

Contudo, não é interessante para o ordenamento jurídico positivista evidenciar as determinações do conflito sob a perspectiva do ofensor, pois perseguir com o rigor necessário tais determinações implicaria se desprender da análise estanque e superficial que se atém apenas ao momento do conflito, descolada das raízes estruturais e históricas, que são também componentes determinantes de um ato. Atribuir a relevância adequada às determinações histórico-estruturais de um conflito significaria, por exemplo, apresentar uma alternativa concreta (além da alternativa tradicional, que é a prisão) para o autor de um assalto que procura emprego e não encontra, mas precisa de um meio para saldar suas dívidas, ou repensar a exigência rígida de outra postura, no caso de um abusador sexual que foi abusado quando criança, sem ter apoio psicológico ao longo de sua vida e vem de uma família de abusadores e abusados<sup>27</sup>.

Numa palavra, levar em conta os determinantes histórico-estruturais da vida do ofensor – constantemente preteridos no processo de promoção de justiça - exigiria assumir e comprometer-se com as profundas injustiças que muitos desses réus vêm sofrendo ao longo de suas vidas. Exigiria aceitar, portanto, que a condenação que se daria a esses réus pelo ato que cometeram, representa apenas mais uma entre as demais injustiças que sofreram e sofrem cotidianamente. É importante ressaltar, portanto, que, apesar da atenção que se dedica à vítima em novas formas de resolução de conflitos, a atenção que merece o ofensor, tendo em vista que é também um cidadão e possui direitos, deveres e necessidades,

---

<sup>27</sup> Sobre crianças abusadas sexualmente e a situação de vulnerabilidade e risco que pode levá-las a cometer abusos sexuais futuramente, ver Furniss, 1993.

ainda não lhes tem sido concedida. Enquanto vigorar a concepção positivista de direito, ainda que na justiça restaurativa, a figura do ofensor continuará sendo relegada, considerado alguém desajustado e transgressor da ordem.

Entretanto, é na justiça restaurativa que se pode perceber um espaço mais propício para que o conjunto complexo de conflitos seja analisado em sua totalidade, ainda que apresente um enfoque essencialmente vitimista. Para a justiça tradicional, o que não constar dos autos do processo não é informação válida para fins de execução do processo. Esse é um dos maiores obstáculos para que demandas subjacentes ao conflito sejam levadas em consideração, bem como para o alargamento dos determinantes do conflito nos moldes do que foi dito há pouco. A partir da justiça restaurativa, o conflito é transformado em uma nova linguagem, oferecendo espaço para que tais aspectos do conflito sejam abordados e para que as demais violações sejam expostas, ainda que estejam para além do crime em si.

Pode-se perceber a partir dessa análise comparada, que ambos os modelos apresentam-se como emanções da sociedade<sup>28</sup>. Trata-se de dois modelos distintos, expressões de dois diferentes modos de relações sociais, visíveis nas relações entre membros de uma família, nos jogos ou nas regras presentes na sociedade, ou mesmo no modo de produção da riqueza e na forma pela qual ela é partilhada socialmente. Em outras palavras, justiça tradicional é uma das múltiplas expressões de um Estado muitas vezes tirano, que se estabelece na base da coerção e dominação, sendo que tais características estão presentes também nas demais relações sociais. Todavia, como uma expressão contra-hegemônica<sup>29</sup> dessas relações sociais, a justiça restaurativa se apresenta como novo paradigma para resolução de conflitos a partir de relações estabelecidas pela escuta ao outro, respeito à diversidade e à humanidade do outro, buscando, através do diálogo, construir conjuntamente as soluções para os problemas, entendendo que esses pertencem e atingem o coletivo.

É válido destacar também que o desafio de um capítulo comparativo como este é o de contrastar as divergências de dois paradigmas distintos, sendo necessário para tal

---

<sup>28</sup> Como diria Marx, “Os mesmos homens que estabelecem relações sociais em conformidade com sua produtividade material produzem os princípios, as idéias e as categorias igualmente em conformidade com sua relações sociais” (1980: 119)

<sup>29</sup> É necessário destacar que a caracterização da justiça restaurativa com sendo contra-hegemônica leva em conta sua distinção da justiça tradicional, como tem sido discutida ao longo deste capítulo. É necessário

comparação, cotejar os dois modelos com características aparentemente estanques. É necessário também observar que a justiça tradicional tem avançado em direção a alternativas (CEPEMA, 2001), apesar de possuir majoritariamente as características analisadas nesse capítulo e que, por outro lado, as características atribuídas ao modelo restaurativo constam mais de teoria do que de sua materialização. Ambos os modelos estão, na verdade, sujeitos à transformação histórico-dialética da realidade. No entanto, para melhor visualizadas suas diferenças, foram destacadas apenas as características capazes de polarizar ambos os modelos.

---

também, frisar as tensas contradições, das quais a justiça restaurativa é portadora, decisivas para situá-la como mais ou menos contra-hegemônica frente à justiça tradicional.

### CAPÍTULO III

#### **Justiça Restaurativa: uma via para a humanização da justiça**

Com dados absolutamente imprecisos, oscilantes e sem progressão, o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN/MJ<sup>30</sup> exhibe o fruto cultivado pela justiça vigente. A recente publicação “Sistema Penitenciário no Brasil – Dados consolidados” (2006), mostra um acidentado estudo com números sobre a população prisional. Os dados revelam que, em dezembro de 2005, a população prisional era de 361.402 pessoas. Isso significa que, de dezembro de 2004 a dezembro de 2005, ocorreu um aumento de mais de 7% dessa população, equivalente a 25.000 novos ingressos<sup>31</sup> no sistema penal brasileiro.

Esses dados, os quais apresentam a safra da impossibilidade de inserção social e ausência de políticas que ofereçam alternativa ao crime, mostram também uma aparente eficácia quanto à punição dada aos criminosos da sociedade, satisfazendo o imaginário do senso comum. Todavia, o que se apresenta latente em tais números é mais importante como ferramenta para avaliação de eficiência da justiça tradicional e do direito penal. De acordo com a chamada “taxa de atrito”, índice que mede a diferença entre crimes cometidos e crimes julgados, observa-se que, em São Paulo, a justiça penal julga e sentencia apenas 2,2% dos crimes. Já no Rio de Janeiro apenas 8% dos crimes são encaminhados ao judiciário (Rolim, 2004), o que demonstra impunidade de considerável parcela dos crimes cometidos nas capitais.

Além da taxa de atrito mencionada, o escritor e professor italiano Luigi Ferrajoli indica que, além do custo da justiça tradicional, existe, agregado ao sistema criminal, um *custo de injustiça*<sup>32</sup>. Esse custo de injustiça é caracterizado pelo número de inocentes

---

<sup>30</sup> Os dados são chamados consolidados; no entanto, o estudo apresenta unidades prisionais sem dados, alguns presídios não constam no estudo, entre outras falhas estatísticas. Esse trabalho encontra-se disponível em <http://www.mj.gov.br/depen/sistema/CONSOLIDADO%202006.pdf> último acesso em 25/11/2006.

<sup>31</sup> Para efeitos de comparação, é como se em um ano ingressasse no sistema penal do Brasil toda a população discente da Universidade de Brasília.

<sup>32</sup> Cf. Ferrajoli *apud* Rolim, 2004.

condenados e absolvidos após terem sido condenados à prisão e, principalmente, pela elevada cifra de inocentes que são vítimas de erros judiciais não reparados<sup>33</sup>.

Outro aspecto importante acerca da falência do sistema punitivo da justiça tradicional é o chamado *índice de reincidência*. Segundo o censo penitenciário de 1994, 85% da população prisional é composta por reincidentes; isto é, dentre toda a população apenada atualmente com privação de liberdade pela justiça tradicional, apenas 15% estão testando pela primeira vez a eficácia desse método. Entre os determinantes da reincidência, o estigma de ex-presidiário é um dos responsáveis por perpetuar a exclusão permanente do egresso da prisão dos meios de inserção social.

Além dos altos índices de reincidência e do estigma sofrido pelo egresso, outra característica do sistema penal, que denuncia o caráter classista da justiça tradicional, é o perfil sócio-econômico dos presos. Os dados do censo penitenciário de 1994 mostram que 95% dos detentos são pobres<sup>34</sup>. Esse altíssimo índice de pobres na prisão mostra qual é a classe que é passível de “(in)justiça” no Brasil, corroborando a tese de Wacquant (2001) de que, enquanto não houver políticas de proteção social suficientes para a emancipação da pobreza, o Estado-penitência permanecerá configurado como uma *ditadura sobre os pobres*.

Os expressivos índices de ineficácia, ineficiência, irracionalidade e mesmo de prática de injustiça do modelo tradicional de resolução de conflitos, fundamentado na punição, estão em ascendência e exigem o repensar crítico do padrão de justiça que prevalece na sociedade atual.

É diante dessa realidade extremamente desumana e contraproducente, apresentada pela justiça retributiva tradicional, que se destaca a proposta de justiça restaurativa, apostando-se no potencial humanizador do diálogo por ela propiciado entre indivíduos interessados e propensos a resolver os conflitos que vivenciam.

---

<sup>33</sup> Um caso emblemático ocorreu em Pernambuco, onde um homem foi preso por um assassinato que não cometeu. Dezenove anos depois, esse homem ( Marcos Mariano) foi solto - mais pobre, desempregado, sem a companhia da mãe de seus filhos, e parcialmente cego. Reportagem na íntegra em anexo. [http://www.vitrine25demarco.com.br/noticia\\_detalhe.php?codeps=MjR8MTkzNXw=](http://www.vitrine25demarco.com.br/noticia_detalhe.php?codeps=MjR8MTkzNXw=)

<sup>34</sup> Cf. item 36: Nível sócio-econômico da clientela dos sistemas; *Censo Penitenciário Nacional 1994*; Ministério da Justiça/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1994, p.65.

### **3.1 - Correlação de modelos de justiça: correlação de modelos societários**

Ao se analisar o modelo de justiça de uma determinada sociedade, é imprescindível considerar as relações sociais nela existentes. Isso implica observar não apenas as relações no âmbito jurídico, mas relações mais amplas que nem sempre chegam ao conhecimento do poder judiciário ou do Ministério Público na resolução de conflitos.

Com efeito, além das relações conflituosas, tipificadas como criminais, existe um enorme espectro de relações conflituosas privadas, tais como conflitos entre pais e filhos, irmãos, trabalhadores, entre outros. São relações conflituosas comuns, mas que requerem respostas particulares, cujas nuances devem ser observadas.

Um inofensivo descuido no trânsito é um exemplo de como os conflitos do cotidiano podem ser resolvidos com intensidades diferentes, podendo oscilar entre uma troca de ofensas, uma ocorrência policial, um acordo informal, ou mesmo um homicídio. As agressões de uma mãe ou pai em resposta a um ato de desobediência do filho, evidenciam a semelhança com o método punitivo tradicional da justiça comum. Uma criança que chora por ter se machucado com algum objeto e é consolada mediante a culpabilização do objeto não terá a oportunidade de refletir sobre o descuido que teve ao manuseá-lo. A resposta entoada pela sociedade ao saber de um crime grave é a de que o responsável deveria morrer, apanhar, ou sofrer o mesmo dano que cometeu, passa ao largo de qualquer proposta de conscientização, educação, ou outra forma de transformação positiva da conduta daquele indivíduo.

Tais exemplos são freqüentes na sociedade e são reflexo mútuo das respostas tradicionalmente apresentadas pela justiça. A partir desses exemplos, é possível perceber o quanto o método de punição da justiça retributiva é reflexo dos meios utilizados para promover justiça nas relações inter-pessoais cotidianas, de modo que, tanto a esfera formal da justiça, quanto a esfera informal cotidiana alimentam mutuamente esse ciclo de reprodução da lógica retributiva.



A partir de exemplos extraídos das relações sociais cotidianas é possível perceber que a concepção retributiva ou, como situa Renato de Vitto (2004), do castigo como resposta ao delito, não diz respeito somente à justiça criminal, mas a um verdadeiro princípio ideológico entranhado nas mais diversas relações sociais.

É calcado nessa percepção de que as relações sociais cotidianas e as relações judiciárias alimentam-se mutuamente da lógica retributiva da punição, que se pode afirmar que a busca pela transformação do modelo de justiça vigente requer também a luta pela transformação do pensamento retributivo arraigado no senso comum. Mas, para se alcançar a transformação do modelo atual de justiça, não é suficiente apenas a busca por um novo modelo essencialmente operacional de resolução de conflitos, mas, como aponta a perspectiva gramsciana (1979), é necessário um enorme esforço na esfera do senso comum pela elevação cultural de uma classe que não sente reproduzir o modelo que a oprime.

Não se deve incorrer no erro de limitar a análise de um modelo de justiça (quer seja o modelo retributivo, o restaurativo ou qualquer outro), não levando em consideração a inserção social e a reprodução ideológica que o estabelece enquanto modelo legítimo. É fundamental a busca, não apenas por um novo modelo de *justiça*, mas pela (re)construção de uma *sociedade* apta para sustentá-lo em suas relações cotidianas. Portanto, a perspectiva de implementação da justiça restaurativa na sociedade atual deve ter em vista o alicerce para sua estruturação nas relações sociais, tal como é o modelo retributivo vigente. Deve, na perspectiva de Zehr (1990), *trocar as lentes* que fazem a sociedade enxergar na punição, em vez do diálogo, a saída para seus conflitos.

### **3.2 - Repensando as relações sociais dentro e fora da justiça**

Humanizar a justiça significa também transformar o espaço tradicionalmente usado para a estigmatização, vingança e punição e ressignificá-lo como o espaço da reflexão, da reparação e do arrependimento canalizado para a reconstrução do que foi danificado com o conflito. A humanização da justiça deve romper com a dinâmica do individualismo, do adversarial. Deve reconhecer a potencialidade das soluções construídas coletivamente e a força da cooperação para o objetivo comum de resolver o conflito; e isso passa pela necessidade de repensar os papéis de vítima e de ofensor na arena de discussão para a solução do conflito.

Repensar a importância da cooperação para promoção de justiça significa muito mais do que uma transformação das medidas adotadas para tal objetivo. Significa transformar as bases ideológicas da própria sociedade atual, na busca por um modelo de justiça que perceba a importância do outro, não apenas para alcançar objetivos individuais, mas para reconhecer que a alteridade do ser social, isto é, a abertura para o outro, se firma na existência desse outro.

Transformar as bases filosóficas da justiça e humanizar as relações que nela existem, é necessário para o alcance de uma concepção de justiça que conceba o crime como uma violação à comunidade como um todo. É necessário, portanto, que se reconheça a importância dos indivíduos em litígio como pessoas inseridas em diversos espaços da teia de relações sociais (Capra, 1997). É necessário que se amplie a necessidade do outro para uma efetiva reparação de danos, tendo em vista que o conflito incide em prejuízos para ambas partes.

Llewellyn e Howse (1998) identificam, na experiência africana, a existência de um paradigma oposto ao que vigora na justiça tradicional do Ocidente. Observam que em diversos países do Continente africano, a orientação pela qual se estabeleciam suas práticas de justiça primava pela reparação dos danos causados à vítima e à comunidade, em vez de pensar a forma pela qual se deve punir o agressor. A ênfase na reparação à comunidade justifica-se também pelo caráter educativo das penas impostas ao ofensor, demonstrando que a preocupação principal é fazer com que este perceba as consequências de seus atos.

A etnia Xhosa mostra que a experiência africana tem mais a ensinar. O conceito de *Ubuntu* é o que embasa filosoficamente as práticas descritas acima, pois conduz à compreensão de que a humanidade se estabelece a partir das relações interpessoais. Um provérbio Xhosa que apresenta uma visão de humanidade, a partir do todo concatenado de pessoas, é interpretado por Llewellyn (ibidem) da seguinte forma:

"...a traditional African understanding of *ubuntu* affirms an organic wholeness of humanity -- a wholeness realized in and through other people. The notion is enshrined in the Xhosa proverb: *umuntu ngumuntu ngabantu* (a person is a person through persons)." *Ubuntu* is commonly described through the saying "I am because you are" or "my humanity is tied up with your humanity"<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> "... Um entendimento africano tradicional para *ubuntu* aponta uma concepção orgânica e integrada de humanidade – uma totalidade alcançada pelo *outro* e através do *outro*. Essa concepção está entesourada no provérbio Xhosa: *umuntu ngumuntu ngabantu* (uma pessoa é uma pessoa pelas pessoas). *Ubuntu* é

É por essa mesma orientação que deve se pautar a proposta de justiça restaurativa para a humanização da justiça. É precedendo o conflito e acompanhando a própria dinâmica das relações sociais que se torna possível realizar mudanças na estrutura retributiva da justiça tradicional. Só assim torna-se possível trabalhar as particularidades de um conflito e das pessoas diretamente envolvidas, sem perder de vista o horizonte do bem-estar social, levando em conta a inserção dessas pessoas na teia das relações sociais como um todo.

### **3.3 - O lugar do perdão**

A questão do perdão é algo polêmico na justiça restaurativa. Por um lado, tem-se a justiça tradicional que, a rigor, apenas pune, isto é, não exige e não leva em conta o arrependimento do autor do delito. Por outro lado, na justiça restaurativa, pode-se incorrer na confusão de obrigar um ofensor a pedir perdão à vítima num encontro restaurativo, mesmo contra a sua vontade, ou de induzir a vítima a perdoá-lo, apesar de esta ainda não ter se decidido a fazê-lo. A discussão sobre pedir perdão e perdoar o outro persiste polarizada nesses dois modelos de justiça.

No modelo restaurativo, o perdão existe e é notório em diversos países. Contudo, tal perdão, pode encontrar-se associado à humilhação ou a um procedimento terapêutico<sup>36</sup>, em que se privilegia a vítima a partir da inferiorização do ofensor. É justamente com a implementação de práticas essencialmente terapêuticas que surgem as críticas à permissividade que se dá à humilhação. E que tal proposta, calcada no arrependimento e no perdão, fere a dignidade dos indivíduos presentes num processo restaurativo. Isso porque, tanto o ofensor deve ter sua dignidade respeitada - pois a este também se estendem os direitos humanos - quanto à vítima, que possui o direito de não querer perdoar, ou de lidar com o conflito e com o ofensor, rejeitando, no entanto, a reparação simbólica do perdão.

Ora, o pedido de perdão não deve se configurar ou ser caracterizado por um pedido-padrão de desculpas como prevê o pensamento positivista. Não deve se resumir ao rito,

---

normalmente descrito pelo dito: “Eu sou por que você é” ou “minha humanidade está ligada à sua humanidade”

<sup>36</sup> Durante algum tempo a justiça restaurativa foi bastante associada apenas a práticas essencialmente terapêuticas e acabava por ter seu potencial reduzido, conforme apontavam as críticas ao chamado movimento terapêutico na justiça restaurativa. (Jaccoud, 2005; Van Ness, 2002)

muitas vezes vazio e possivelmente humilhante, de um pedido formal. Ao contrário, atitudes que sinalizam reflexão e arrependimento podem se manifestar de diferentes formas, devendo o mediador reconhecê-las e reconduzi-las visando os efeitos do acordo restaurativo; ou, como assinala Sócrates: “trata-se de um trabalho a ser realizado num campo paralelo ao da Justiça, no tocante aos sentimentos e emoções advindas da infração penal dos envolvidos e da sociedade a que pertencem.” (2005: 3)

A verdade é que, tendo em vista a humanização da justiça, o reconhecimento do lugar do perdão é fundamental para a resolução dos conflitos existentes na dinâmica das relações sociais que são também relações humanas. Reconhecer a necessidade do arrependimento e do perdão é importante para promoção da justiça. Suprimi-lo é negá-lo enquanto produto dialético da precisão e imprecisão, das certezas e incertezas que permeiam os atos humanos. Tem-se, portanto, no perdão, a possibilidade de atalhar a aproximação entre vítima e ofensor para a construção conjunta de uma solução para o conflito, como deve acontecer no procedimento restaurativo. A partir do compromisso sincero de vítima e ofensor pela busca de uma solução justa para o conflito, reforçado pela mediação de um profissional capacitado para canalizar idéias e mediar interesses, é possível lograr perdão, não como humilhação, mas como produto dialético da humildade e dignidade – ingredientes imprescindíveis para a construção de um acordo restaurativo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a realização das diversas etapas deste trabalho, pôde-se perceber um vasto potencial no modelo alternativo de resolução de conflitos, denominado justiça restaurativa. Trata-se de um potencial de transformação da concepção hegemônica de se “fazer justiça”, representado pela justiça retributiva ou tradicional. No entanto, como a justiça restaurativa é ainda muito recente, principalmente se comparada à justiça tradicional, ela ainda carece de uma estrutura capaz de sustentá-la como via alternativa legítima para a resolução de conflitos. A iniciativa de realizar este trabalho, a partir da visão de mundo de um estudante de Serviço Social, traduz-se na tentativa de análise e ampliação da crítica teórica acerca da justiça restaurativa, bem como de aproximá-la de campos profissionais como o Serviço

Social, visto que a multidisciplinariedade é um dos princípios primados, tanto por esta profissão, quanto por esse modelo de justiça<sup>37</sup>.

Após verificar a hipótese que supõe ser a justiça restaurativa uma possível via para humanização da justiça, percebe-se que esta foi parcialmente confirmada. Devido o sistema de justiça que vigora no Brasil ser tradicional, tal como descrito nos capítulos II e III, a proposta de implementação da justiça restaurativa no país ainda soa como medida *complementar*, distante de representar uma *alternativa* à justiça vigente. Essa constatação faz parte do conteúdo do primeiro capítulo, que aborda sua incidência no Brasil e evidencia a timidez dos esforços restaurativos, face à magnitude ostensiva da justiça punitiva tradicional. O fato de a justiça restaurativa no Brasil estar impregnada pela justiça tradicional, e de seus vícios de origem, acaba por afastá-la do potencial alternativo que possui, desviando-a também do caráter comunitário, informal e empoderador, presente nos países que lhe deram origem, como mostra o capítulo I.

Entretanto, a existência ainda incipiente da justiça restaurativa no Brasil vem apresentando resultados que indicam uma transformação na maneira de se resolver conflitos existentes na sociedade, que converge para a humanização da justiça. Os projetos descritos no capítulo I e a entrevista realizada com um representante do projeto Justiça Restaurativa do Distrito Federal mostram saltos qualitativos na resolução de conflitos no país. Medidas mais humanas para a reparação dos danos advindos do conflito, tanto para vítima, quanto para ofensor, capazes de restabelecer também os vínculos rompidos, preconizam a cooperação como resposta ao conflito, para a construção de uma solução legítima e duradoura para as partes.

Um entrave para a implementação efetiva da justiça restaurativa no Brasil, como meio de resolução de conflitos, emana justamente da maneira complexa pela qual se compreende o conflito e a justiça. Como salienta Rolim, a intenção de se “restaurar” as relações sociais deve ser entendida de forma complexa, não podendo confundi-la com a mera reposição do *status quo ante* (2004). No entanto, tal comprometimento com a solução do conflito e a transformação das condições que o determinaram, significa um enorme

---

<sup>37</sup> A multidisciplinariedade na justiça restaurativa sustenta-se pela própria concepção de resolução dos conflitos, pois parte do princípio de que nenhuma área do conhecimento detém o monopólio da verdade, sendo extremamente importante o trabalho conjunto dos diferentes saberes para o alcance de soluções capazes de tanger os múltiplos aspectos de uma realidade em conflito (Gomes Pinto, 2005).

enfrentamento das condições desiguais, presentes na estrutura das relações sociais, sobretudo no Brasil. O entrave consiste na dificuldade de se conciliar justiça e acesso a direitos no Brasil. Como foi dito ao final do capítulo II, levar em consideração as profundas injustiças vivenciadas cotidianamente por muitos dos indivíduos implicados num conflito, significa demandar esforços para reduzi-las ou eliminá-las – e esse é um desafio secular enfrentado pela sociedade brasileira que ainda não obteve êxito satisfatório.

As políticas sociais constituem meios de inclusão pela redistribuição de renda, acesso à satisfação de necessidades humanas básicas, inserção no mercado de trabalho e sistema educacional, entre outros, e podem ser alternativa eficaz para a solução do entrave indicado acima. Tidas como ferramentas de redução de desigualdades, não obstante a desigualdade estrutural do capitalismo, pela via da dignidade<sup>38</sup> e do direito, as políticas sociais são, historicamente, objeto de pesquisas, monitoramento e avaliação por parte de profissionais do Serviço Social. É, portanto, válido destacar a importância da articulação de tais políticas, na construção de uma rede de inclusão social, para o enfrentamento de tais desigualdades e ampliar o alcance das práticas restaurativas na busca da transformação de realidades injustas.

A proposta de justiça restaurativa vai além de ser um mero mecanismo de resolução de conflitos a ela encaminhados. Abarca um esforço maior pela transformação da concepção retributiva arraigada na sociedade, além de um objetivo bastante recorrente no discurso restaurativista, que é a promoção de uma cultura de paz por meio da cooperação e da solidariedade. Ora, num país como Brasil, onde as condições de vida da maioria são extremamente penosas, o discurso da solidariedade pode levar a uma conhecida armadilha neoliberal, que é a de desresponsabilizar o Estado, repassando suas obrigações à sociedade civil, na figura esquizofrênica do chamado terceiro setor<sup>39</sup>. A cooperação e solidariedade entre pessoas para humanizar a justiça não deve ser confundida com o princípio do voluntarismo<sup>40</sup> neoliberal. Esse ponto é delicado e, conforme assinalou Scuro, no fórum nacional de discussão sobre justiça restaurativa, o trabalho executado pelos profissionais da

---

<sup>38</sup> Cf: Pereira, Potyara (1996) .

<sup>39</sup> É chamado esquizofrênica a concepção de terceiro setor, tendo em vista as críticas contundentes de Montañó, que demonstram como a sociedade civil, sob o nome de terceiro setor, ora exerce os deveres do Estado (1º setor), da sociedade civil, sendo atribuído o termo esquizofrênico por fragmentação da identidade vivida pela sociedade civil no contexto neoliberal. Cf: Montañó, 2002.

mediação de conflitos não deve ser voluntário. A capacitação oferecida a esses profissionais deve ser ampla e a dedicação ao trabalho deve ser contínua, e não oscilante como acontece com o vínculo informal e filantrópico do voluntarismo.

Além do mais, tendo em vista a fundamental importância da mediação no processo restaurativo, a profissionalização e a solidez da carreira de mediador é vital para o avanço de tais práticas. A competência da prática de um mediador é determinante para o êxito de um processo restaurativo; e é sob esse foco que os projetos de justiça restaurativa devem lutar para a consolidação dessa nova possibilidade de lidar com conflitos.

O alcance que a concepção de justiça restaurativa vem ganhando sinaliza, além dos aspectos mais específicos de resolução de conflitos, uma nova orientação, no que toca às relações humanas no processo de promoção de justiça. Representa uma parcela crescente de cidadãos (de profissionais do âmbito jurídico e de diversas outras áreas, de movimentos sociais laicos e religiosos, entre outros), que descrê dos resultados obtidos no modelo de justiça atual e manifesta inconformidade com os crescentes prejuízos que este modelo vem causando para a sociedade em seu conjunto. Todavia, a bandeira pela justiça restaurativa como resposta ao inaceitável, deve abarcar não apenas um novo modelo, cuja novidade seja essencialmente funcional. Para alcançar as mudanças pautadas pela justiça restaurativa esse novo modelo deve ser portador de uma clara perspectiva de transformação societária. Deve imbuir-se das demais bandeiras levantadas por diversas frentes de luta em prol de uma sociedade não apenas justa no plano jurídico, mas também socialmente igualitária.

Em contrapartida, foi possível perceber, com a realização deste trabalho, que a justiça restaurativa tem se apresentado como espaço privilegiado para a interface entre os diversos campos do conhecimento e entre as diversas organizações da sociedade civil, a fim de se rediscutir os meios de (re)inserção, (re)educação e emancipação dos indivíduos em conflito com a lei, com a sociedade, ou com o próximo. Sendo assim, nota-se que, no Brasil, esse modelo de justiça deixa de ser apenas restaurativo para dever ser também *instaurativo*, na medida em que uma situação razoável de convivência e um alicerce mínimo para a superação de conflitos criminais e infracionais nem sequer existem.

---

<sup>40</sup> O termo *voluntarismo* é proposital, e se distingue do voluntariado autêntico, sendo o voluntarismo as práticas estratégicas para desonerar o Estado, a cargo do chamado terceiro setor. Cf: idem.

A inserção da justiça restaurativa num país fortemente dominado pelo neoliberalismo, como é o caso do Brasil, deve levar em consideração também o meio em que se procura implementá-la, tendo a cautela para não apenas importar um conjunto de idéias aplicáveis à realidade nacional, mas que deve ser criteriosamente adaptada. Diante da dependência brasileira ao neoliberalismo, é importante que se tenha sempre uma postura crítica e atenta para que a justiça restaurativa não desemboque na chamada “terceirização” do conflito, nem caia na armadilha neoliberal que vê nessa modalidade de justiça um espaço importante para privatizar os conflitos, desonerar o Estado e, quiçá, entregá-los nas mãos do mercado.

É importante ressaltar, levando em conta aspectos mais jurídicos, que a justiça restaurativa não tem a pretensão de abarcar todos os tipos de conflito. Deve, portanto, estar ciente de suas limitações e saber reconhecer quando um determinado caso não está se adequando a ela, com vista a não incorrer no mesmo erro da justiça tradicional de submeter todas as realidades a um único modo de resolução de contendas.

Outro aspecto que merece ressalva é o conceito de comunidade utilizado por diversos teóricos da justiça restaurativa. Lidar com o conceito de comunidade numa sociedade onde a ênfase das relações não é mais geoespacial, constitui um obstáculo para a implementação da justiça restaurativa, tal como aponta Marshall: “Another limitation to any practice which attempts to involve communities is the available level of resources and skills. Communities are not as integrated as they once were<sup>41</sup>” (1999: 9). O desafio de definir qual(is) é(são) a(s) comunidade(s) afetada(s) por um conflito é ainda maior. Talvez, uma possível contribuição seja a de Karl Mannheim e sua conceituação para comunidade, ao priorizar aquilo que emana do grupo como “sentimento de nós” (1972: 81) e que, não obstante as diferenças geográficas, faz com que os membros de tal comunidade se comportem visando o bem estar coletivo, primando pela lealdade ao grupo. Essa seria, talvez, uma forma de se enxergar as comunidade hoje em dia.

Outro ponto levantado por Marshall, desta vez a respeito da voluntariedade das partes envolvidas, destaca que: “Restorative Justice practices rely in large part upon voluntary cooperation. If one party is not willing to participate, the range of options is

---

<sup>41</sup> Outra limitação para qualquer prática que se proponha a envolver comunidades é avaliar o nível de recursos e habilidades. As comunidades não são mais tão integradas como foram em outros tempos.



reduced. If neither party is willing, there is no option but to let formal justice take its usual course<sup>42</sup>” (1999: 10). Esse ponto reforça o que foi tratado acerca da busca pela consolidação da justiça restaurativa nas sociedades atuais. Se a luta por um novo modelo de resolução de conflitos estiver resumida simplesmente na implementação de uma nova técnica focada na cooperação, volta e meia vai esbarrar nos entraves de uma sociedade estabelecida sob a égide do individualismo concorrencial, típico do capitalismo.

Em diversos momentos deste trabalho, foi possível observar espaços extremamente propícios para a atuação do assistente social, ou mesmo para a aproximação do Serviço Social na produção do conhecimento teórico acerca do tema abordado. Trata-se de um possível intercâmbio no qual as áreas profissionais sairiam mutuamente favorecidas. Aliás, na construção deste TCC, pensou-se em abordar o Serviço Social. No entanto, como isso demandaria pesquisa mais ampla, que não caberia no espaço de tempo disponível para a elaboração desta monografia, optou-se por abordar apenas aspectos da justiça restaurativa, de modo que sirva como subsídio para discussões posteriores e que envolvam as duas áreas.

---

<sup>42</sup> As práticas da justiça restaurativa dependem em grande parte da cooperação voluntária das partes. Se uma das delas não estiver disposta a participar, as opções são reduzidas. Se nenhuma das duas tiver disposição para participar, não há opção, a não ser deixar que o processo continue pela via da justiça tradicional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. *Tênis x Frescobol*.

Disponível em: <http://www.rubemalves.com.br/tenisfrescobol.htm>

AZEVEDO. André Gomma de. *O componente de mediação vítima-ofensor na justiça restaurativa: uma breve apresentação de uma inovação epistemológica na autocomposição penal*. Justiça Restaurativa. Brasília, Ministério da Justiça e

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, 2005.

BRAITHWAITE, John. *Restorative Justice and Civil Society*. Cambridge University Press, 2001.

BRASIL. *Sistema penitenciário no Brasil: dados consolidados*. Departamento Penitenciário

Nacional – DEPEN, Brasília, 2006. Disponível em <http://www.mj.gov.br/depen/sistema/CONSOLIDADO%202006.pdf>

\_\_\_\_\_. *Penas Alternativas Valem a Pena?* Relatório final de Pesquisa. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Varas de Execuções Criminais. Central de Coordenação da Execução de Penas e Medidas Alternativas – CEPEMA. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, Câmara dos Deputados. 4ª Ed. 2003.

\_\_\_\_\_. *Censo Penitenciário Nacional 1994*. Ministério da Justiça/Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Brasília, 1994.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida*. Editora Cultrix, São Paulo, 1997.

FURNISS, Tilman. *Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar: Manejo, terapia e intervenção legal integrados*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

GOMES PINTO, Renato Sócrates. *A construção da Justiça Restaurativa no Brasil*. 2005.

Disponível em:

[http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/construcao\\_dajusticarestaurativano brasil2.pdf](http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/construcao_dajusticarestaurativano brasil2.pdf).

\_\_\_\_\_. *Justiça restaurativa é possível no Brasil*. Justiça restaurativa. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.

JACCOUD, Mylene. *Princípios, tendências e procedimentos que cercam a justiça restaurativa*. Justiça restaurativa. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.

LLWELLYN, Jennifer et HOWSE, Robert. *Restorative Justice - A Conceptual Framework*.

1998. Disponível em

[http://www.lcc.gc.ca/research\\_project/sr/tj/rp/howse/howse\\_toc-en.asp#ftnref27](http://www.lcc.gc.ca/research_project/sr/tj/rp/howse/howse_toc-en.asp#ftnref27)

MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo, Mestre Jou, 1972.

MARSHALL, Tony F. *Restorative Justice: an overview*. London, Home Office Publications, 1999.

MARSHALL, Chris; BOYACK, Jim; BOWEN, Helen. *Como a justiça restaurativa assegura a boa prática: uma abordagem baseada em valores*. Justiça restaurativa. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MAXWELL, Gabrielle. *A justiça restaurativa na Nova Zelândia*. Justiça restaurativa. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2005.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo, Cortez, 2002.

NAÇÕES UNIDAS, Conselho Econômico e Social das. *Princípios básicos para utilização*

*de programas de justiça Restaurativa em matéria criminal*. Disponível em:

<http://www.idcb.org.br/documentos/sobre%20justrestau/traducaodaresolucaodaonusobrejusticarestaurativa.pdf>.

PAZ, Silvana Sandra; PAZ, Silvina Marcela. *Justiça restaurativa: processos possíveis*.

Justiça restaurativa. Brasília, Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos*

padrões dominantes de proteção ao pobre no Brasil. Brasília/DF: Thesaurus, 1996.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

ROLIM, Marcos. *Justiça restaurativa: para além da punição*. Justiça restaurativa: Um

caminho para os direitos humanos?. Porto Alegre, 2004.

SCURO NETO, Pedro. *Por uma justiça restaurativa 'real e possível'*. Justiça restaurativa:

Um caminho para os direitos humanos? Porto Alegre, 2004.

SÓCRATES, Adriana B. *Práticas Restaurativas como diferentes formas de lidar com*

*o que comparece à Justiça*. Disponível em

<http://www.justiciarestaurativa.org/news/adriana>. Acesso em 21/10/2006

VAN NESS, Daniel W. STRONG Karen H. *Restoring Justice*. Cincinnati, OH: Anderson

Publishing Company, 2002.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

ZEHR, Howard. *Changing Lenses: A New Focus for Crime and Justice*. Scottsdale, PA, Herald Press, 1990.

Notícia: *PCC e Justiça Restaurativa*. Disponível em <http://txt.estado.com.br/editorias/2006/08/21/edi-1.93.5.20060821.2.1.xml> - último acesso em 20/10/2006.

Notícia: *Justiça alternativa é aplicada em escolas*. Disponível em <http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=1281&lay=jse> Último acesso em 21/10/2006

## ANEXOS

## **Anexo I**

### **PE se nega a indenizar homem preso injustamente por 19 anos**

24/10/2006

O Estado de Pernambuco recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou o pagamento de indenização de R\$ 2 milhões a um mecânico preso injustamente, por duas vezes, e passou 19 anos na prisão. Marcos Mariano perdeu a visão durante uma rebelião e contraiu tuberculose no tempo em que ficou preso por engano.

Mariano foi preso pela primeira vez em 1976, acusado de homicídio. O verdadeiro culpado apareceu seis anos depois. Três anos depois, Marcos dirigia um caminhão quando foi parado numa blitz e reconhecido por um Policial Civil, que não sabia que o ex-mecânico havia sido solto.

O caso foi levado a um juiz que, sem consultar o prontuário, mandou o ex-mecânico de volta para a prisão por violação de liberdade condicional. O mecânico passou mais 13 anos atrás das grades. Durante uma rebelião, foi atingido por uma bomba de gás, e ficou cego. Também contraiu tuberculose e foi abandonado pela primeira mulher.

Mariano só ganhou liberdade definitiva quando a direção do presídio fez um mutirão para organizar os processos dos detentos e percebeu o erro. O Tribunal de Justiça de Pernambuco determinou que o Estado deveria pagar uma indenização de R\$ 2 milhões a Mariano. O Estado recorreu, mas decidiu pagar uma pensão de R\$ 1,2 mil por mês até o julgamento final em Brasília.

Na última quinta-feira, os ministros do STJ determinaram que o Estado pague a indenização. De acordo com a GloboNews, o Estado ainda não foi notificado oficialmente sobre a decisão. Porém, já apresentou outro recurso ao STF, o que deve atrasar novamente a decisão. A procuradoria geral de Pernambuco acredita que, pelo menos este ano, Marcos não terá acesso ao dinheiro.

Fonte: Agência de Notícias Vitrine 25 de Março. Disponível em:

[http://www.vitrine25demarco.com.br/noticia\\_detalhe.php?codeps=MjR8MTkzNXw=](http://www.vitrine25demarco.com.br/noticia_detalhe.php?codeps=MjR8MTkzNXw=)  
(último acesso em 11/11/2006)

## **Anexo II**

### **Justiça tradicional e justiça restaurativa comparadas: tabela-resumo**

#### **VALORES**

<b>JUSTIÇA RETRIBUTIVA</b>	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>
Conceito jurídico-normativo de Crime – ato contra a sociedade representada pelo Estado – Unidisciplinariedade	Conceito realístico de Crime – Ato que traumatiza a vítima, causando-lhe danos. - Multidisciplinariedade
Primado do Interesse Público (Sociedade, representada pelo Estado, o Centro) – Monopólio estatal da Justiça Criminal	Primado do Interesse das Pessoas Envolvidas e Comunidade – Justiça Criminal participativa
Culpabilidade Individual voltada para o passado – Estigmatização	Responsabilidade, pela restauração, numa dimensão social, compartilhada coletivamente e voltada para o futuro
Uso Dogmático do Direito Penal Positivo	Uso Crítico e Alternativo do Direito
Indiferença do Estado quanto às necessidades do infrator, vítima e comunidade afetados - desconexão	Comprometimento com a inclusão e Justiça Social gerando conexões
Mono-cultural e excludente	Culturalmente flexível (respeito à diferença, tolerância)
Dissuasão	Persuasão

## **PROCEDIMENTOS**

<b>JUSTIÇA RETRIBUTIVA</b>	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>
Ritual Solene e Público	Comunitário, com as pessoas envolvidas
Indisponibilidade da Ação Penal	Princípio da Oportunidade
Contencioso e contraditório	Voluntário e colaborativo
Linguagem, normas e procedimentos formais e complexos – garantias.	Procedimento informal com confidencialidade
Atores principais - autoridades (representando o Estado e profissionais do Direito)	Atores principais – vítimas, infratores, pessoas da Comunidade, ONGs.
Processo Decisório a cargo de autoridades (Policial, Delegado, Promotor, Juiz e profissionais do Direito – Unidimensionalidade)	Processo Decisório compartilhado com as pessoas envolvidas (vítima, infrator e comunidade) – Multi-dimensionalidade

## **RESULTADOS**

<b>JUSTIÇA RETRIBUTIVA</b>	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>
Prevenção Geral e Especial -Foco no infrator para intimidar e punir	Abordagem do Crime e suas Consequências - Foco nas relações entre as partes, para restaurar
Penalização Penas privativas de liberdade, restritivas de direitos, multa Estigmatização e Discriminação	Pedido de Desculpas, Reparação, restituição, prestação de serviços comunitários Reparação do trauma moral e dos Prejuízos emocionais Restauração e Inclusão
Tutela Penal de Bens e Interesses, com a Punição do Infrator e Proteção da Sociedade	Resulta responsabilização espontânea por parte do infrator
Penas desarrazoadas e desproporcionais em regime carcerário desumano, cruel, degradante e criminoso –	Proporcionalidade e Razoabilidade das Obrigações Assumidas no Acordo Restaurativo



ou – penas alternativas ineficazes (cestas básicas)	
Vítima e Infrator isolados, desamparados e desintegrados	Reintegração do Infrator e da Vítima Prioritárias
Ressocialização Secundária	
Paz Social com Tensão	Paz Social com Dignidade

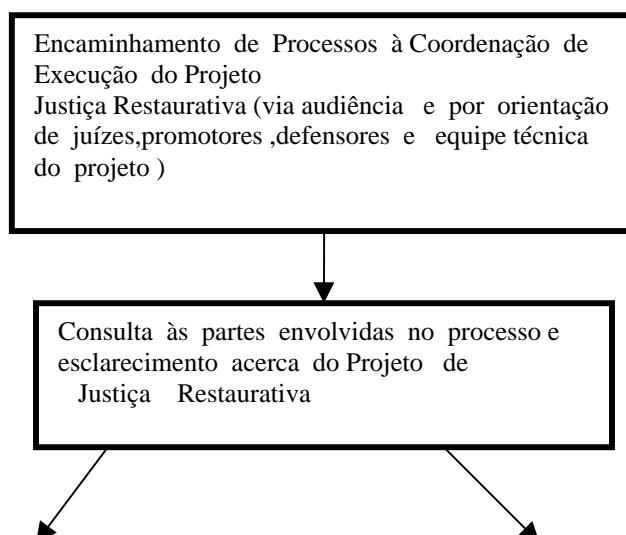
### **EFEITOS PARA A VÍTIMA**

<b>JUSTIÇA RETRIBUTIVA</b>	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>
Pouquíssima ou nenhuma consideração, ocupando lugar periférico e alienado no processo. Não tem participação, nem proteção, mal sabe o que se passa.	Ocupa o centro do processo, com um papel e com voz ativa. Participa e tem controle sobre o que se passa.
Praticamente nenhuma assistência psicológica, social, econômica ou jurídica do Estado	Recebe assistência, afeto, restituição de perdas materiais e reparação
Frustração e Ressentimento com o sistema	Tem ganhos positivos. Supre-se as necessidades individuais e coletivas da vítima e comunidade

### **EFEITOS PARA O INFRATOR**

<b>JUSTIÇA RETRIBUTIVA</b>	<b>JUSTIÇA RESTAURATIVA</b>
Infrator considerado em suas faltas e sua má-formação	Infrator visto no seu potencial de responsabilizar-se pelos danos e conseqüências do delito
Raramente tem participação	Participa ativa e diretamente
Comunica-se com o sistema por Advogado	Interage com a vítima e com a comunidade
É desestimulado e mesmo inibido a dialogar com a vítima	Tem oportunidade de desculpar-se ao sensibilizar-se com o trauma da vítima
É desinformado e alienado sobre os fatos processuais	É informado sobre os fatos do processo restaurativo e contribui para a decisão
Não é efetivamente responsabilizado, mas punido pelo fato	É inteirado das conseqüências do fato para a vítima e comunidade
Fica intocável	Fica acessível e se vê envolvido no processo
Não tem suas necessidades consideradas	Supre-se suas necessidades

### **Anexo III - Fluxograma do programa Justiça Restaurativa nos Juizados Especiais do Núcleo Bandeirante/DF**



#### **Anexo IV**

##### **PORTARIA CONJUNTA N. 052 DE 09 DE OUTUBRO DE 2006.**

O PRESIDENTE, O VICE-PRESIDENTE E O CORREGEDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a crescente presença da abordagem multidisciplinar na legislação penal e processual penal brasileira;

Considerando a ampliação dos espaços de consenso na legislação penal brasileira como ingrediente preconizado pelo modelo integrador de política criminal;

Considerando que a Justiça Restaurativa, assim compreendida como a adoção de métodos de negociação e de mediação na solução de conflitos criminais, com a inclusão da vítima e da comunidade de referência no processo penal, constitui prática coincidente com esse novo paradigma criminológico integrador;

Considerando ter a intervenção restaurativa caráter preventivo, no sentido de atuar nas causas subjacentes ao conflito, e se mostrar mais efetiva, no sentido de reduzir a probabilidade de reincidências;

Considerando serem esses novos métodos indicados por órgãos governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais, como os mais adequados para a resolução efetiva de conflitos dessa natureza e para a criação de uma cultura de paz;

Considerando o crescente interesse pela Justiça Restaurativa, manifestado pelo meio acadêmico, pelos operadores do sistema de justiça criminal e pelos jurisdicionados;

Considerando os resultados qualitativos apresentados pelo Projeto-piloto de Justiça Restaurativa desenvolvido nos Juizados Especiais do Fórum do Núcleo Bandeirante;

Considerando que as experiências nacional e internacional recomendam a vinculação dos programas de Justiça Restaurativa aos Tribunais de Justiça;

Considerando, por fim, a necessidade de se dotar o Serviço de Justiça Restaurativa de recursos humanos e materiais que suportem o desenvolvimento de suas atividades;

#### **RESOLVEM:**

Art. 1º – Instituir o Programa de Justiça Restaurativa, subordinado à Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.

§ 1º - O Programa de Justiça Restaurativa será coordenado por um Juiz de Direito indicado conjuntamente pelo Presidente e pelo Corregedor de Justiça;

§ 2º - As orientações gerais de execução do Programa deverão ser submetidas à aprovação da Presidência do TJDF;

§ 3º - A coordenação do Programa deverá apresentar, à Presidência, relatórios anuais sobre as principais atividades realizadas.

Art. 2º – Criar, no âmbito da Corregedoria do TJDF, o Serviço de Justiça Restaurativa com as atribuições de planejar, apoiar, executar e avaliar as atividades inerentes ao Programa de Justiça Restaurativa.

§ 1º - O Serviço de Justiça Restaurativa realizará, dentre outras, as seguintes ações:

I – a seleção, o recrutamento, a formação e o treinamento de facilitadores;

II – o acolhimento, a orientação e a preparação das partes e das comunidades de referência para o encontro restaurativo;

III – a ordenação das atividades dos facilitadores na condução do encontro restaurativo;

IV – a orientação das atividades dos facilitadores para a formalização do acordo restaurativo, quando alcançado;

V – o registro e a documentação dos casos enviados ao Serviço, para todos os fins que se fizerem necessários, qualquer que seja o resultado alcançado;

VI – a elaboração, o registro e a documentação de instrumentos de avaliação do Programa, conforme seja definido com instituição externa ou por equipe técnico-científica;

VII – a promoção de estudos visando ao aprimoramento do Programa;

VIII – a organização e a realização de eventos objetivando a divulgação do programa e dos seus resultados;

IX – a celebração, com os facilitadores voluntários, de Termo de Adesão ao Serviço Voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício, bem como a manutenção e armazenamento de tais instrumentos;

X – o estabelecimento de relacionamento técnico e operacional com outras unidades, programas ou projetos do TJDFT e com outras instituições, visando aos objetivos do Programa;

XI – o fornecimento de apoio técnico e operacional aos Magistrados que assim o solicitarem;

XII – a manutenção de biblioteca básica de literatura nacional e estrangeira sobre Justiça Restaurativa, a fim de proporcionar a consulta dos facilitadores bem como para o treinamento dos mesmos;

XIII – a elaboração e atualização de Manual de Justiça Restaurativa, o qual deverá contemplar a boa técnica da metodologia de mediação vítima-ofensor;

XIV – o atendimento às demandas por intervenção restaurativa originárias de qualquer circunscrição judiciária do Distrito Federal, dentro das condições que lhe permitirem os recursos humanos e materiais;

XV – o desenvolvimento de gestão com organismos nacionais e internacionais visando à captação de recursos adicionais específicos para o desenvolvimento das atividades do Programa de Justiça Restaurativa.

Art. 3º. Fica estabelecida a seguinte configuração de Funções Comissionadas para a composição do Serviço de Justiça Restaurativa, com as respectivas atribuições:

I – 01 (uma) FC-05 – Supervisor do Serviço de Justiça Restaurativa.

Atribuição: Supervisão geral do Serviço de Justiça Restaurativa com a função principal de coordenação e gerenciamento dos processos de seleção, recrutamento, formação e treinamento dos facilitadores; coordenação dos processos de preparação e realização do pré-encontro e do encontro restaurativo; coordenação da elaboração, registro e documentação dos instrumentos de avaliação; coordenação da realização, em conjunto com instituições externas e/ou equipe técnica do TJDFT, de avaliação das ações do Programa.

II – 01 (uma) FC-03 – Apoio à Supervisão.

Atribuições: Responsável por dar suporte às atividades da Supervisão, bem como auxiliar no gerenciamento dos processos de seleção, recrutamento, formação e treinamento, preparação e realização do pré-encontro e do encontro restaurativo assim como nas ações de avaliação; substituir a Supervisão nas suas eventuais ausências e/ou impossibilidades.

III – 01 (uma) FC-01 – Executor.

Atribuições: comunicação dos atos processuais relativamente aos feitos remetidos ao Serviço de Justiça Restaurativa; elaboração e manutenção de estatística das atividades do Serviço de Justiça Restaurativa.

Parágrafo único - As funções comissionadas descritas neste artigo serão destinadas, posteriormente, por ato específico desse Tribunal.

Art. 4º. A intervenção restaurativa terá início a partir do encaminhamento dos processos judiciais ao Serviço de Justiça Restaurativa pelo juiz competente para o processamento e julgamento do feito.

Parágrafo Único – Poderá o Tribunal de Justiça firmar Convênio, Termo de Cooperação ou qualquer outro instrumento de parceria para a execução do Programa de Justiça Restaurativa com as instituições integrantes do Sistema de Justiça, e nesses, definir o procedimento operacional da intervenção restaurativa e, bem assim, instituir, com os parceiros operacionais, orientações gerais de execução do Programa, a serem submetidas à aprovação da Presidência do TJDF.

Art. 5º – O vínculo dos facilitadores voluntários com o TJDF é subordinado à disciplina da Lei do Voluntariado (Lei nº 9.608/98), ainda quando sejam eles integrantes dos quadros do Tribunal de Justiça ou de quaisquer das instituições parceiras.

§ 1º - O exercício das funções de facilitador voluntário, por período contínuo superior a um ano, constitui título em concurso público para o cargo de Juiz de Direito Substituto, e critério de desempate, nesse e em qualquer concurso realizado no âmbito da Justiça do Distrito Federal;

§ 2º - Poderá o TJDF realizar treinamento e capacitação a servidores de outros órgãos e instituições, em função de Convênio, Termo de Cooperação ou qualquer outro instrumento de parceria, a ser aprovado pela Presidência.

Art. 6º - São atribuições dos facilitadores:

I – preparar e realizar o pré-encontro das partes e comunidades de referência, separadamente aquelas que estão em posição diversa no conflito;

II – abrir e conduzir o encontro restaurativo;

III – aplicar a boa técnica de mediação vítima-ofensor, sempre visando à auto-composição do conflito;

IV – redigir o Termo de Acordo, quando alcançado, ou atestar a inviabilidade do seu alcance.

§ 1º - É dever dos facilitadores manterem-se com neutralidade e imparcialidade, garantirem a voluntariedade de participação das partes na intervenção restaurativa e assegurarem a confidencialidade das informações prestadas na condução do pré-encontro e do encontro restaurativo;

§ 2º - Aplicam-se aos facilitadores os impedimentos e as suspeições previstas na legislação processual civil e penal.

§ 3º - Aos facilitadores é vedado:

I – prestar testemunho em juízo acerca das informações obtidas no âmbito da intervenção restaurativa;

II – relatar, ao Juiz, ao Promotor, aos Advogados ou a qualquer autoridade do sistema de justiça o conteúdo das declarações prestadas pelas partes em conflito ou pelas respectivas comunidades de referência, salvo ao Juiz do processo ou ao supervisor do serviço, aquele que revele a existência de crime perpetrado, em fase de execução ou de planejamento;

III – divulgar, para qualquer pessoa, o conteúdo das declarações prestadas pelas partes em conflito ou pelas respectivas comunidades de referência.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador LÉCIO RESENDE DA SILVA  
**Presidente**

Desembargador EDUARDO ALBERTO DE MORAES OLIVEIRA  
**Vice-Presidente**

Desembargador JOÃO DE ASSIS MARIOSI  
**Corregedor**

## **Anexo V**

### **Entrevista com Leonardo Amorim<sup>43</sup>**

*Você pode me contar um caso emblemático encaminhado para a Justiça Restaurativa no Núcleo Bandeirante, no qual as diferenças entre a justiça restaurativa e a justiça tradicional sejam evidentes? De que forma essas diferenças apontam para a justiça restaurativa como um caminho para a humanização da justiça?*

Em setembro ou outubro do ano passado [2005] nós pegamos o primeiro caso dessa equipe de justiça restaurativa, o qual foi encaminhado como sendo um ‘conflito de gangues’. Apuramos os fatos e, na verdade, o que havia acontecido é que um adolescente, que aqui vamos chamar de João, havia chamado seu irmão e um amigo para uma festa, a qual ele havia ajudado a organizar. Nessa festa, seu irmão, Marcos, e o amigo dele foram agredidos por dois ‘conhecidos’ de João, a quem chamaremos de Carlos e Fábio. Fábio teria agredido o amigo de Marcos e, quando João chegou, a situação já estava acontecendo e apenas separou a briga, levando o pessoal pra casa. Só que ele não se conformava com o ocorrido e ameaçou seriamente os jovens que agrediram seu irmão. Essa ameaça foi tão forte que um dos jovens que tinha participado da agressão teve que se mudar. Mudou do bairro, que era Recanto das Emas e foi essa mudança que deu o caráter de gravidade pra situação. Não é comum entre vizinhos de bairro uma pessoa se mudar por causa das agressões.

---

<sup>43</sup> Assistente social, bacharel em Direito e facilitador no projeto Justiça Restaurativa – Núcleo Bandeirante.

Essa foi a forma como foi narrado o fato. Assim que recebemos o processo, entramos em contato, primeiro com os dois jovens que teriam sido os agressores. Eles explicaram que haviam agredido, que não conheciam os meninos e que só depois da briga é que foram saber que um dos garotos com quem eles estavam brigando era irmão de João, que era conhecido deles e tinha, inclusive, ajudado a organizar a festa. Os dois jovens que bateram, a quem chamaremos aqui de Carlos e Fábio, estavam arrependidos e queriam, de alguma forma, minimizar a situação; mas achavam que essa forma era responder a uma pena convencional. Por quê? Porque sabiam que tinham errado. Eles tinham as razões deles; alegavam que os jovens que haviam agredido estavam usando maconha na festa e essa não era uma situação aceitável e por isso bateram; mas eles sabiam que não deveriam ter batido e esperavam a pena sabendo que era uma pena alternativa: ou cesta básica ou prestação de serviço. Em relação à justiça restaurativa, eles admitiram a hipótese de talvez poderem se explicar, principalmente perante o adolescente mais agredido. De falar “olha, foi mal... queria te pedir desculpas..”. Explicar pra eles que não sabiam que era o irmão do João, e se soubessem que era irmão dele, não teriam batido. Teriam tentado conversar.

Essa foi a conversa com os culpados. Tanto a família do Carlos, quanto a família do Fábio participaram da entrevista. Estavam extremamente preocupados e achavam que aquela era uma situação em que, tanto Carlos quanto Fábio aprenderiam a lição de que não se deve bater, não se deve brigar, etc. A família do Carlos, que foi a família do jovem que se mudou por causa das ameaças, estava profundamente receosa da ameaça e estavam querendo resolver da melhor forma possível pra que pudessem voltar pra casa. A partir desse momento, fomos entrevistar o outro lado da história, que era o João, o autor das ameaças tão graves, pois ele queria de qualquer jeito ‘pegar’ os dois por que tinham batido em seu irmão e o amigo de seu irmão. A primeira pessoa com quem conversamos foi o João, que era autor das ameaças, irmão de um dos rapazes agredidos e conhecido dos dois agressores. Essa foi a primeira oportunidade para transparecer o sentido de tudo aquilo. João era um garoto que tinha dado muitos problemas para sua família durante a adolescência e tinha outras passagens pela Vara da Infância, considerado um garoto-problema, mas que vinha tentando estabelecer uma nova imagem. Até o convite ao irmão e seu amigo para irem à festa foi nesse sentido: “olha, pode deixar que vai ser uma festa legal, não vai acontecer nada, deixa eles irem comigo, etc.”. Exatamente na primeira

oportunidade que o João tinha de mostrar pra sua família que não participava mais de bandalheira aconteceu justamente uma briga e logo o irmão dele foi agredido. Quer dizer, pra festa que ele tava organizando, junto com o dono da casa, ele leva o irmão, que é agredido pelos amigos dele, ou seja, era uma situação, pra ele, imperdoável. Não só pelo fato de serem amigos dele, mas também por causa da oportunidade de ouro que ele estava tendo pra demonstrar pra sua família que freqüentava bons lugares, que a festa que ele tava organizando era legal e não ia ter problemas. Havia um agravante que era o fato de seu irmão ter levado um amigo. Esse amigo era um morador do plano piloto, enquanto todo mundo era morador do Recanto das Emas. Então ele ficou a idéia de “o que o pessoal do Plano Piloto vai pensar da nossa periferia? Que sempre tem pancadaria?...”. Ele não se conformava com a violação à imagem que ele vinha tentando construir e se sentia muito responsável, pois havia organizado a festa, chamou Marcos, se responsabilizou por Pedro, amigo de seu irmão e isso tornava a situação muito grave. Quando nós compreendemos essa situação de João, ficou mais fácil trabalharmos as outras questões que estavam envolvidas. Fomos, então, conversar com Marcos e Pedro, que haviam sido agredidos. O problema pra eles era um só: eles já tinham sido vítimas de uma agressão e queriam que os dois agressores pagassem pelo que fizeram. No momento da agressão, haviam sido extraviados um óculos, uma corrente de prata e um telefone celular, e eles achavam que isso deveria ser reparado, mas não tinham expectativas nesse sentido. Eles esperavam a aplicação convencional. Todos tinham consciência de que ninguém seria preso por causa daquilo e ninguém responderia um processo mais complicado mas imaginavam que os agressores deveriam ser punidos com cesta básica ou prestação de serviços. Depois de termos feito a sessão com Carlos, Fábio e a família do João, podemos, então, ouvir Pedro, que era justamente o adolescente do Plano Piloto que foi numa festa com os amigos e havia sido agredido. Esse adolescente foi o que teve maior resistência, pois o pai não queria pagar pelo episódio acontecido. Pra ele foi só um fato que havia passado, até por que seu filho não iria mais se relacionar com aquelas pessoas do Recanto das Emas, da periferia. Ele, inclusive, foi o que ofereceu maior resistência para participar das reuniões. Embora ele fosse só vítima, não queria participar. Foi muito difícil convencer seu pai, mesmo que ele não tivesse mais interesse no processo, pois era importante para os agressores poderem se dirigir a ele e pedir desculpas. O pai, depois de muitas tentativas, convenceu-se de ir com o



filho à sessão. Explicamos pra eles o sentido da justiça restaurativa, e que a justiça penal convencional jamais atenderia a essas necessidades, por mais que aplicasse alguma pena, serviço, prisão, ou qualquer outra pena, não faria com que Carlos e Fábio pudessem reparar o que causaram a Pedro e nem aos outros dois. Ao mesmo tempo, estariam tendo a oportunidade de ouro de exigirem dos agressores alguma coisa que realmente satisfizesse a lesão que sofreram. Pedro, eu me lembro que falava muito claramente o seguinte: “Eles pagando a minha corrente de prata e tal, seria suficiente pra mim porque mostrariam que reconheceram o erro”. Marcos também tinha uma opinião parecida em relação a isso, ou seja, não estavam preocupados em punir, pois imaginavam que a justiça faria isso pra eles. Depois de ter ouvido cada um deles individualmente, fizemos a sessão conjunta, o círculo restaurativo onde todos estariam presente e com os familiares. Todos foram com familiares, sem exceção. Carlos foi com a irmã dele, Fábio foi com a mãe, João e Marcos foram com outro irmão mais velho, além do pai e da mãe e Pedro foi com o pai. No início da conversa estabelecemos as regras, mostrando que não iria se discutir novamente o que já havia sido discutido, pois o momento era de buscar uma alternativa pro que havia acontecido. Carlos e o Fábio, que haviam agredido, pediram desculpas e se dispuseram a fazer qualquer coisa pra reparar o erro que haviam cometido. Nesse momento, então, o pai de Pedro, que havia tido muita resistência, tomou a palavra e mostrou justamente o espírito da justiça restaurativa, ao dizer que aceitava o pedido de desculpas e que o filho também já havia aceitado, mas que era importante para os dois ofensores saberem o quanto aquilo tinha doído e tinha sido doloroso para ele, ao ver o filho machucado; que teve muita raiva e vontade de agredir também e responder à mesma altura. Porém, como era uma pessoa experiente, de idade, tinha aprendido que agressão não leva a nada, mas que achava importante a oportunidade de falar pros agressores o quanto havia ficado machucado com aquilo. Por outro lado, ele teve a oportunidade de ver que os dois ofensores eram, na verdade, dois adolescentes. Não eram nenhum marginal.

Por outro lado, a irmã de Carlos, que estava presente percebeu a oportunidade de falar sobre isso, mas em relação ao João fez, dizendo: “Olha, João, a gente imaginava você um verdadeiro bandido, porque você nos ameaçou; a gente ficou com medo de você. Tivemos que fugir de casa, fechamos as portas e nos mudamos e até hoje ninguém no bairro sabe onde a gente tá, por que a gente tinha medo de você, mas de repente aqui você

se mostra uma pessoa super atenciosa super preocupada em atender, e não é um monstro, nem nada. Você é um anjo de Deus”. Ela disse isso em razão da forma com que ele catalisou as demandas, e fez com que tudo no processo restaurativo fosse mais rápido. Ele percebia as coisas e sempre trazia sugestões positivas e construtivas de tal forma que no final da sessão restaurativa foi o seguinte: o Carlos e o Fábio pediram desculpas e restituiriam aos dois agredidos a corrente de prata que havia sido perdida, o óculos e o celular. Dessa forma eles estariam restituindo à vítima aquilo que elas perderam. Eles ainda decidiram, juntamente com João, que era o autor das ameaças, fazer um trabalho de prestação de serviços à comunidade, ajudando na campanha de natal da igreja local. Esse foi o *termo* do processo restaurativo. A gente percebe que esse termo só foi possível por que nada do que era esperado da justiça penal foi aplicado. O que se buscou ali não foi uma pena, mas buscou-se a oportunidade de vítima e ofensor se encontrarem e cada um mostrar sua posição e a partir daí, naturalmente, as soluções pra situações que ocorreram nesse pequeno grupo aparecerem. Ou seja, houve lesão corporal? Houve. Havia como restaurar essa lesão? Não. Mas havia o pedido de desculpas e havia a medida de reparação material do dano que foi causado. A justiça penal tradicional jamais seria capaz de alcançar esse aspecto. Outra coisa que a gente achou bem importante é que o processo mais grave não era a lesão corporal, mas a ameaça. Pois era uma ameaça que fez com que uma família se retirasse. Mas quando todos entenderam o por que das ameaças de João, tudo se resolveu. A ameaça de João não era por que tinham batido em Marcos ou em Pedro; mas por que, ao baterem neles, colocaram abaixo toda uma imagem que João vinha tentando reconstruir e que, embora tenha sido um adolescente que tivesse dado problema e envolvido em outros delitos, ele vinha de algum tempo tentando reconstruir a sua vida. Ele mencionou que seria pai, pois sua namorada estava grávida e que era a hora de mudar de vida e que tudo isso aconteceu no momento em que ele tentava mostrar que era uma pessoa digna, vindo a ferir essa dignidade dele. Foi por isso que suas ameaças foram tão fortes: “eu vou te pegar! eu vou te matar! Não deviam ter batido no meu irmão!” Toda essa situação não era um desejo de retribuir um mal que foi feito ao Marcos, mas ao mal que foi feito a ele, ou seja, à dignidade dele e isso a justiça convencional jamais conseguiria perceber e retribuir a medida. Então isso é JR. Não se trata de algo que a justiça faz para punir o ofensor, ou para dar um poquinho mais de importância à vítima. Isso ficou muito claro, por que todos eles

diziam o seguinte: “ a gente resolveu aqui, mas, e agora, como vai ser com o juiz? O que o juiz vai aplicar pra gente” Então, além de tudo que eles acordaram ali, ainda estavam dispostos a enfrentar a justiça penal e a gente explicou que como todos os fatos delituosos haviam sido resolvidos, o Ministério Público não teria como prosseguir pois eram crimes que dependiam do interesse deles. Como não havia o interesse de continuar, o processo seria arquivado. Queria ressaltar que esse processo restaurativo trouxe pra todas as pessoas a oportunidade de conhecer a *pessoa*, ou seja, não era o ofensor, o agressor, o réu, mas o Carlos, o Marcos. Isso fez com que todos saíssem de lá – principalmente os pais – o pai do Pedro, principalmente dizia assim: eu percebi que você, que bateu no meu filho, é um jovem como meu filho. E que, hoje foi você quem bateu, e amanhã, se não fizermos nada, pode ser meu filho que venha a ser o agressor. Ou seja, todos perceberam que as circunstâncias haviam feito as vítimas e os ofensores, mas na verdade todos eram jovens numa festa e nada daquilo podia ser forte o suficiente pra gerar pra qualquer um deles um processo penal convencional, pois o processo convencional não traria nenhuma solução pro caso, pois o que aconteceu foi: dois jovens perderam a cabeça e agrediram outros dois jovens. Só que, ao fazerem isso eles atingiram muito mais um terceiro jovem, que era responsável pela festa, que era responsável pelos agredidos e disso a justiça penal não daria conta.

Isso já faz um ano e meio. Esse acordo seria controlado pelas próprias partes; e eles não compareceram à justiça pra dizer que os acordos não foram cumpridos. E nem a justiça foi atrás deles pra saber se havia sido cumprido ou não. Pois a justiça restaurativa é diferente da justiça convencional, pois essa tem obrigação de saber se a pessoa cumpriu ou não, já a restaurativa, não: a própria comunidade é quem vai acompanhar esse cumprimento, pois não é uma pena, é um acordo. A pena tem o dever de punir, e fazer com que quem cometeu o mal não saia impune e não volte a delinquir. Na justiça restaurativa o acordo visa *restaurar*. Se houve uma parte lesada, precisa ser restaurada; e aquele que lesou precisa restaurar. A cobrança de quem fez e quem não fez não vai ser feita pelo Estado, mas pelos próprios membros. Esse foi um caso muito especial, pois ele resgata todos os elementos da justiça restaurativa: uma vítima que tem mais coisas lesadas do que o Estado poderia imaginar; ofensores que reconhecem o erro e querem restaurar, mas que sabem que se tivessem recebido uma pena, jamais restauraria, pois com cesta básica ou prestação de

serviços eles não teriam possibilidade de pedir desculpas e de mostrar pros pais desses adolescentes agredidos que eram pessoas normais. Ou seja, se tivessem pegado uma pena alternativa, os pais dos agredidos estariam até hoje pensando assim: “são bandidos que bateram no meu filho”. Agora os pais já pensam: “Aqueles jovens que um dia brigaram com meu filho.” Ou seja, são *pessoas* que estavam envolvidas. Esse é um caso clássico e que já foi inclusive apresentado em seminários como demonstração.

*Tendo em vista que você é bacharel em Direito, poderia dizer, brevemente, qual poderia ser o encaminhamento desse caso na justiça tradicional, caso não tivesse passado pela justiça restaurativa?*

As duas vítimas, aliás, as quatro vítimas, pois haviam as vítimas das agressões e as das ameaças. As vítimas seriam chamadas para decidir se queriam continuar ou não com o processo. Diriam assim: “Quero continuar” ou “Não quero continuar”. Não teriam oportunidade para se explicar e fazer mais nada. Como haviam partes que eram, ao mesmo tempo, vítima e ofensor, elas poderiam conjuntamente decidir se o processo iria continuar, mas essa situação não resolveria a questão. Suponhamos que uma das partes falasse assim: “Se você não quiser que continue o processo contra mim, não quero contra você” e se encerra aí. O que aconteceria? Haveria muito mais uma renúncia condicionada, interesseira, do que propriamente o esforço em se tentar resolver a situação. A outra possibilidade seria das partes falarem “não vou abrir mão do processo. Eu quero que pague”. O que aconteceria? Todo mundo sairia pagando cesta básica ou prestação de serviço, por que não eram delitos graves e nenhum lado entenderia realmente o que aconteceu. Ninguém entenderia por que a ameaça de João era tão forte e as vítimas não entenderiam que Carlos e Fábio agiram insensatamente e iriam continuar achando que eram todos marginais. Que João era o marginal que ameaçava, e por isso Carlos teve que mudar. Que Fábio e Carlos, que bateram, eram meninos maus que batiam mesmo e bateram até tirar sangue de um dos garotos. Então, nessa situação, todos seriam punidos, mas ninguém seria restaurado. Nem as vítimas iriam receber a restauração de saber que quem as agrediu está arrependido e talvez nunca mais faça; nem as vítimas da ameaça se sentiriam seguros: “O João nos

ameaçou e pagou. Isso quer dizer que eu não corro mais risco da ameaça?” Então essa situação não teria como se resolver, aliás, o grande problema da justiça penal é esse: Um marido, por exemplo, foi condenado por ameaçar a mulher. Foi preso por três dias. Quando ele sai, qual é a garantia de que o fato de ter sido preso vai impedi-lo de ameaçá-la novamente ou até mesmo de cumprir a ameaça? Por que? Por que nessa forma de justiça penal, não se deu importância às razões da ameaça, e ao medo da vítima. Se isso fosse esclarecido como aconteceu nesse caso da justiça restaurativa, a possibilidade de, nós não chamamos de *resolver* o problema, chamamos de *restaurar* o problema, vai acontecer. O que é restaurar a ofensa? É fazer com que os ofensores tenham a possibilidade de mostrar para a vítima o sentimento de arrependimento, e restaurar o máximo possível a ofensa ocorrida e a vítima, mostrar pro ofensor o quanto ela foi ofendida e cobrar do ofensor algo que realmente restaure. A justiça tradicional não tem interesse em saber o que a vítima pensa. Então eu, como operador do direito, diria que a justiça restaurativa seria, por excelência, a aplicação humanização ao processo de um crime. Ou seja, retira-se a questão da lei, para se trabalhar como se não houvessem leis. Retorna-se ao modelo comunal de sociedade, onde cada caso tem uma solução particular. Não há uma regra dizendo o que deve ser feito. São as próprias pessoas que vão dizer o que deve ser feito. É uma volta às origens, no sentido de que não tem receita pronta, nem tipificação. Você tira os códigos penais, tira a tipificação e deixa que as partes decidam. Essa é uma diferença grande que faz com que a justiça restaurativa não se preocupe tanto com a *lei*, mas com as *pessoas*, suas personalidades e seus sentimentos.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.  
This page will not be added after purchasing Win2PDF.